

MESTRADO

**CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS
EMPRESARIAIS**

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

A MORAL TRIBUTÁRIA NOS PAÍSES LATINOS

JÚLIO SÉRGIO ALVES DIAS FERNANDES

ORIENTAÇÃO:

DOUTOR TIAGO RODRIGO ANDRADE DIOGO

JÚRI:

DOUTORA CRISTINA GAIO MARTINS DA SILVA

DOUTOR FERNANDO PINTO MARQUES

OUTUBRO 2018

MESTRADO

**CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS
EMPRESARIAIS**

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

A MORAL TRIBUTÁRIA NOS PAÍSES LATINOS

JÚLIO SÉRGIO ALVES DIAS FERNANDES

ORIENTAÇÃO:

DOUTOR TIAGO RODRIGO ANDRADE DIOGO

JÚRI:

DOUTORA CRISTINA GAIO MARTINS DA SILVA

DOUTOR FERNANDO PINTO MARQUES

OUTUBRO 2018

Resumo

O presente trabalho pretende estudar a Moral Tributária dos países Latinos. Para tal, foram utilizados os dados da base de dados da World Values Survey, referentes à wave 6, a mais recente disponível. Foram analisados oito países, sendo eles a Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Espanha, México, Peru e Uruguai, compondo um total de 11.629 respostas. O trabalho apresenta o conceito de cumprimento fiscal e acompanha a forma como esse conceito era visto e estudado. Realçando o crescimento da relevância que a moral tributária foi tendo ao abordar-se o tema de cumprimento fiscal. Começando por ser considerada uma variável black box nos inícios do século XXI por Feld & Frey (2002), até ganhar protagonismos em estudos como o da Sá (2013), o do Devos (2014) e muitos outros depois desses. Mediante a execução de uma análise de estatística descritiva, seguindo-se do cálculo do Alpha de Cronbach e concluindo-se com o teste de Scheffé, tendo-se obtido resultados que demonstram um nível bastante positivo de moral tributária nos países Latinos, no entanto a confiança institucional é reduzida, sendo evidente a desconfiança existente nas principais instituições públicas, como o Governo, Polícia e Tribunais.

Classificação JEL: H20; ...

Palavras-chave: Moral Tributária; Cumprimento fiscal; Democracia

Abstract

The present work intends to study the Tax Morale of the Latin countries. For this, data from the World Values Survey database, referring to wave 6, the latest available data were used. Eight countries were analyzed, including Argentina, Brazil, Chile, Colombia, Ecuador, Spain, Mexico, Peru and Uruguay, making a total of 11,629 responses. The paper presents the concept of tax compliance and follows the way in which this concept was seen and studied. Highlighting the growth of the relevance that the tax morale was having when addressing the tax compliance issue. Starting from being considered a black box variable at the beginning of the 21st century by Feld & Frey (2002), until gaining prominence in studies like Sá (2013), Devos (2014) and many others after that. By performing a descriptive statistics analysis, followed by the Cronbach's Alpha calculation and concluding with the Scheffé test, we obtained results that demonstrate a very positive level of tax morale in the Latin countries, however. Institutional trust is reduced, and there is a clear lack of confidence in the main public institutions, such as the Government, Police and Courts.

Classificação JEL: H20;

Keywords: Tax Compliance; Tax Morale; Democracy

Agradecimentos

Quero aproveitar este espaço, para agradecer a todos aqueles, que estiveram lá e ajudaram-me a chegar até aqui. Em particular na realização deste trabalho final de mestrado, quero agradecer, em primeiro lugar, ao professor Tiago Diogo, por ter-me orientado no decorrer do mesmo. Quero agradecer-lhe por sempre se ter mostrado disponível em partilhar comigo todos seus conhecimentos e experiência, por sempre ter-me dado um feedback sincero e realista quanto ao meu trabalho. Realço e agradeço por toda a sua disponibilidade, a sua paciência, o seu esforço e dedicação. Considero-o um dos principais responsáveis pela minha conclusão deste trabalho, por ter sido uma importante fonte de conhecimento, mas, principalmente por ter sido uma grande motivação para que eu conseguisse finalizar este trabalho.

Evidentemente, nada disto seria possível sem a minha família, pois foram eles que me permitiram chegar até aqui. Há minha mãe agradeço por toda a paciência e disponibilidade que sempre mostrou para me ajudar. Ao meu pai e irmão por toda a motivação e apoio que me deram. Sem a sua disponibilidade em me ajudarem em todas as dificuldades que fui tendo ao longo de todo o meu percurso académico, não me seria possível hoje, chegar à fase final da mesma. A conclusão deste trabalho final de mestrado.

Não podia deixar de fazer referência aos meus colegas de mestrado Michael Almeida e Michel Chaib, por terem estado lá do início ao fim, sempre dispostos a ajudar, e sem os quais, o fim deste mestrado não seria possível. Aos meus amigos, Caio Pelucchi e Guilherme Fiorentin que me ajudaram a realizar a análise dos dados. Klaus Romano e Joseane Andrade, por todo o incentivo que me deram e a disponibilidade que mostraram para me ajudar.

A todos eles, o meu muito obrigado!

Lista de Tabelas

Tabela 1 Composição da Amostra	18
Tabela 2 – Moral Tributária	20
Tabela 3 “Moral Tributária” – Teste t ao sexo	21
Tabela 4 “Moral Tributária” – Teste de Scheffé por formação superior	21
Tabela 5 “Moral Tributária” – Teste de Scheffé por conjugalidade	21
Tabela 6 “Moral Tributária” – Teste de Scheffé por idade	21
Tabela 7 “Moral Tributária” – Teste de Scheffé por tipo de trabalho	22
Tabela 8 “Moral Tributária” – Teste de Scheffé por ser ou não religioso	22
Tabela 9 “Moral Tributária” – Teste de Scheffé por grau de conforto com o rendimento ..	22
Tabela 10 “Moral Tributária” – Teste de Scheffé por país	23
Tabela 11 – Confiança Institucional	24
Tabela 12 “Confiança Institucional” – Teste t ao sexo	25
Tabela 13 “Confiança Institucional” – Teste de Scheffé por formação superior	25
Tabela 14 “Confiança Institucional” – Teste de Scheffé por conjugalidade.....	25
Tabela 15 “Confiança Institucional” – Teste de Scheffé por idade.....	25
Tabela 16 “Confiança Institucional” – Teste de Scheffé por tipo de trabalho	26
Tabela 17 “Confiança Institucional” – Teste de Scheffé por ser ou não religioso	26
Tabela 18 “Confiança Institucional” – Teste de Scheffé por grau de conforto com o rendimento.....	26
Tabela 19 “Confiança Institucional” – Teste de Scheffé por país	27
Tabela 20 – Democracia.....	28
Tabela 21 “Democracia” – Teste t ao sexo	29
Tabela 22 “Democracia” – Teste de Scheffé por formação superior.....	29
Tabela 23 “Democracia” – Teste de Scheffé por conjugalidade	29
Tabela 24 “Democracia” – Teste de Scheffé por idade	30
Tabela 25 “Democracia” – Teste de Scheffé por tipo de trabalho	30
Tabela 26 “Democracia” – Teste de Scheffé por ser ou não religioso	30
Tabela 27 “Democracia” – Teste de Scheffé por grau de conforto com o rendimento	30
Tabela 28 “Democracia” – Teste de Scheffé por país	31

Lista de Figuras

Figura 1 – Modelo de Fisher do cumprimento fiscal modificado por Chau e Leung	9
Figura 2 – Determinantes da Moral Tributária	13
Figura 3 – Nível de Satisfação Financeira da Amostra.....	18

Índice

1	INTRODUÇÃO.....	1
2	REVISÃO DA LITERATURA.....	3
2.1	CUMPRIMENTO FISCAL.....	3
2.2	MODELOS DE CUMPRIMENTO FISCAL.....	4
2.3	OS MODELOS ECONÓMICOS.....	5
2.4	OS MODELOS NÃO ECONÓMICOS.....	7
2.5	A MORAL TRIBUTÁRIA.....	10
2.5.1.	<i>Introdução</i>	10
2.5.2.	<i>Conceito</i>	10
2.5.3.	<i>Determinantes da Moral Tributária</i>	12
2.5.4.	<i>Mensuração da moral Tributária</i>	15
2.6	CONCLUSÕES DA REVISÃO DE LITERATURA.....	16
3	METODOLOGIA.....	17
3.1	OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO.....	17
3.2	DADOS.....	17
3.3	CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA.....	18
3.4	QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO.....	19
4	ANÁLISE DESCRITIVA DOS INDICADORES E A CRIAÇÃO DAS DIMENSÕES	19
4.1	MORAL TRIBUTÁRIA.....	19
4.2	CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES	24
4.3	DEMOCRACIA	28
5	CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E TÓPICOS DE INVESTIGAÇÃO FUTURA	32
5.1	CONCLUSÕES.....	32
5.2	LIMITAÇÕES DO ESTUDO	33
5.3	TÓPICOS DE INVESTIGAÇÃO FUTURA.....	34
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34
	ANEXOS	40

1 Introdução

Um dos desafios genéricos a todos os governos é o aumento das receitas públicas. Para que os mesmos consigam aumentar a principal fonte de receita do Estado, os impostos, é necessário combater a fraude e evasões fiscais. Vários estudos demonstram uma relação próxima entre a moral tributária e o cumprimento fiscal (Sá *et al.* 2016). Ou seja, quanto melhor se entender o contribuinte e o que contribui para a sua moral tributária, melhores serão as políticas que visam aumentar o cumprimento fiscal (Lago-Peñas& Lago-Peñas, 2010). Segundo Roth *et al.* (1989) o cumprimento fiscal apenas acontece quando existe o cumprimento das declarações exigidas. Tal apenas se verifica quando o contribuinte preenche toda a documentação exigida de forma correta e verdadeira, entregando-a no tempo estipulado por lei e efetuando o pagamento das suas obrigações fiscais dentro dos prazos estabelecidos (Roth *et al.*, 1989). No caso do não cumprimento por parte do contribuinte das obrigações descritas, diz-se que o mesmo se encontra em incumprimento fiscal. Assim sendo, ao analisar-se a definição de Roth *et al* (1989) pode dizer-se, de forma sucinta, que o cumprimento fiscal apenas sucede quando o contribuinte cumpre de forma voluntária todas as suas obrigações fiscais (Devos, 2014).

Dadas as necessidades e exigências da população e dos modelos económicos postos em prática pelos países, não existe nenhuma alternativa fiável para o Estado obter rendimento além da cobrança de impostos (James & Alley, 2002). No entanto, os impostos não são a única alternativa dos países para obterem fundos. A alternativa mais utilizada consiste no financiamento através de um pedido de empréstimo a terceiros. Contudo, esta solução pressupõe o pagamento de prestações de capital e juros. Uma segunda alternativa de um país obter rendimentos seria o inverso da primeira, ou seja, ser o Estado a emprestar dinheiro a terceiros e cobrar juros, obtendo assim rendimentos financeiros. No entanto, para que o Estado possa ter dinheiro disponível para emprestar, é necessário que o mesmo tenha superavit, de forma a que lhe seja possível satisfazer as suas necessidades e poder emprestar o remanescente. Tanto na primeira alternativa como na segunda, a capacidade do Estado em pagar prestações e/ou emprestar dinheiro a terceiros depende da sua estabilidade económica, ou seja, o mesmo precisa que uma parte significativa das suas receitas seja estável. Assim, é evidente que a base do sucesso económico de um país assenta numa boa e segura fonte de

rendimento, o rendimento obtido através da cobrança de impostos. No entanto, é necessário frisar que o imposto é um meio, nunca um fim. A principal função do mesmo é beneficiar, e não prejudicar a população (James & Alley, 2002). Tornando-se assim imperativo para o Estado um bom cumprimento fiscal por parte da população, para tal é importante conscientizar esta para os benefícios do cumprimento fiscal voluntário (James & Alley, 2002).

Dada a importância percebida do imposto, faz sentido que os temas da evasão fiscal e a “tax compliance”, que é o cumprimento das obrigações fiscais, sejam dois temas extremamente relevantes para um país. As principais razões dessa relevância assentam, primeiramente, nas consequências negativas que a evasão fiscal e o não cumprimento voluntário das obrigações fiscais têm na receita pública, bem como no nível de equidade do sistema de impostos (Torgler & Schneider, 2007). Podemos perceber isso olhando de um panorama geral. Quando o Estado identifica a sua necessidade de fundos/receita por via a fazer face aos seus gastos, o mesmo analisa as suas fontes de receita possíveis e monta um sistema fiscal com o objetivo de arrecadar imposto suficiente, da forma mais justa possível, para colmatar esses seus gastos. No entanto, devido à evasão fiscal e/ou à falta do cumprimento das obrigações fiscais, o Estado incorre no risco de não arrecadar a receita esperada, e por isso, não ser capaz de fazer face aos seus gastos (Sá, 2013). Para evitar isso, o Estado tem de aumentar o nível de imposto. Esse aumento vai provocar uma distorção da equidade fiscal inicialmente planeada, o que pode provocar um agravamento ainda maior do nível de evasão fiscal e do não cumprimento voluntário das obrigações fiscais (Balestrino & Galmarini, 2003). A segunda grande consequência do incumprimento fiscal, assenta no facto de haver uma correlação positiva entre o nível de cumprimento voluntário das obrigações fiscais e a perceção dos investidores. Isto quer dizer que quanto pior for o cumprimento voluntário das obrigações fiscais, menos competitivo será o país (Richardson, 2006). Assim percebe-se o porquê de existir uma grande preocupação em tentar eliminar ou diminuir o incumprimento fiscal.

Nesse sentido o papel que a moral tributária ocupa nas políticas fiscais tem aumentado, juntamente com o destaque académico e o espaço na opinião pública. Este destaque deve-se ao facto de a moral tributária ajudar a explicar o nível de cumprimento fiscal.

Uma das questões que afeta o incumprimento fiscal consiste na origem/nacionalidade dos contribuintes. No seguimento dessa ideia surge Kolm (1973) concluindo que os países latinos são mais propensos a entrar em incumprimento, mais tarde seguiu-se o estudo de Friedland, Maital & Rutenberg (1978) que chega à mesma conclusão sobre os países mediterrânicos.

Este trabalho tem como objetivo comparar a moral tributária dos países latinos, tentando perceber quais destes apresentam uma maior propensão para o incumprimento fiscal. Para tal serão analisados oito países, sendo eles a Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Espanha, México, Peru e o Uruguai. O trabalho divide-se em cinco capítulos. O primeiro faz uma pequena introdução ao trabalho, o segundo capítulo consiste na revisão de literatura, o terceiro aborda a metodologia empregada neste trabalho, o quarto apresenta os resultados e por fim o quinto capítulo apresenta as conclusões do trabalho.

2 Revisão da Literatura

2.1 Cumprimento fiscal.

O cumprimento fiscal pode ser compreendido sob duas perspectivas. De um ponto de vista temos o cumprimento administrativo de outro temos o cumprimento da autenticidade das declarações (Harris, 1989). A perspectiva administrativa analisa o cumprimento, o registo adequado, a entrega atempada e o pagamento das obrigações fiscais. Todos esses pontos devem ser cumpridos de forma voluntária e de acordo com a lei. No ponto de vista da autenticidade das declarações, o cumprimento fiscal abrange a disponibilidade, o rigor, a existência de conhecimentos fiscais adequados e associados com a capacidade de os aplicar, a honestidade e os registos adequados, para que se seja capaz de preencher corretamente a documentação fiscal (Alm & Torgler, 2011).

Sabemos que o incumprimento fiscal também é uma realidade. Esta pode resultar de escolhas e atos não intencionais e/ou intencionais (Sá, 2013). Assente nessa realidade Devos (2014) estudou o cumprimento fiscal com base em três variáveis. Uma das quais é a Moral Tributária, que pode ser definida como sendo o conjunto de princípios e valores morais de cada indivíduo que o levam a decidir sobre o pagamento, ou não, dos impostos que lhe são devidos. A segunda é a equidade/justiça do sistema fiscal, estudada em três fases:

- A equidade horizontal, que é a relação entre pessoas com o mesmo rendimento;
- A equidade vertical, a relação entre pessoas com rendimentos diferentes;
- A equidade governamental, se a relação preço/qualidade entre o imposto pago e o benefício dos bens e serviços públicos;

A terceira é o conjunto de Medidas de dissuasão, que estuda a forma como estas afetam as decisões do contribuinte referente ao pagamento dos seus impostos. Este estudo procura combinar uma abordagem social, enquanto engloba uma vertente económica.

2.2 Modelos de cumprimento fiscal.

Ao longo do tempo várias abordagens e estudos foram realizados com o objetivo de se analisar e compreender o comportamento do contribuinte face às suas obrigações fiscais. Atualmente podemos comprimir a abordagem dos vários estudos sobre o cumprimento fiscal, em duas teorias principais (Sá, 2013; Devos, 2014; Diogo, 2018).

Num lado temos a teoria da escolha racional, englobando os chamados modelos económicos. Nestes o comportamento do contribuinte face às suas obrigações fiscais, é justificado pela probabilidade de detenção e as sanções aplicadas, pois estas são as principais medidas de dissuasão previstas no modelo. A base destes modelos assenta na ideia de que os indivíduos são inteiramente movidos pela procura do seu bem-estar, seguindo assim a teoria da utilidade esperada (Sá, 2013; Devos, 2014; Diogo, 2018).

A outra grande teoria é apresentada pelos modelos de psicologia fiscal e social, estes procuram justificar o comportamento dos contribuintes através de outras variáveis, tais como a complexidade do sistema fiscal ou a moral tributária. Estes modelos surgem através da convicção dos investidores de que as atitudes e as obrigações morais são relevantes para que se consiga explicar corretamente o comportamento fiscal (Torgler & Murphy, 2004; Torgler, 2005; Alm, 2012). Estes modelos incluem uma abordagem multidisciplinar ao comportamento dos contribuintes (Sá, 2013; Devos, 2014).

2.3 Os modelos económicos.

A investigação sobre o comportamento dos contribuintes face às suas obrigações fiscais, numa primeira fase, foi limitada às abordagens individuais que apenas analisavam a motivação de cada contribuinte em maximizar os seus resultados materiais (Wenzel, 2005). Estes primeiros estudos tendem a focar-se na dissuasão. Essa pode ser alcançada através de várias abordagens, mas sempre com base na persuasão e punição. Ou seja, a dissuasão é feita através da criação de penalizações que persuadam as pessoas a não entrarem em incumprimento perante as suas obrigações fiscais (Devos, 2014).

Com base na teoria económica do crime de Becker, (1968), Allingham & Sandmo (1972) propõem o primeiro modelo teórico formal a tentar justificar o comportamento do contribuinte. Essa abordagem económica do crime, olha para o criminoso como se o mesmo fosse um agente racional, uma vez que lhe cabe decidir entre cometer, ou não, o crime. A teoria defende que o mesmo decide com base no resultado esperado entre a sua análise de custo vs benefício ligados à prática do crime (Becker, 1968; Devos, 2014). Na ponte feita por Allingham & Sandmo, o contribuinte, em termos económicos, encontra-se numa posição de escolha semelhante. Estamos assim no âmbito da teoria da dissuasão (Sá, 2013; Devos, 2014; Diogo, 2018).

O modelo económico de Allingham & Sandmo (1972) utiliza duas variáveis principais. A probabilidade de deteção, e as penalidades. A principal conclusão deste modelo é que uma taxa de penalização maior, ou uma probabilidade de deteção mais elevada desincentivam o incumprimento fiscal (Sá, 2013; Devos, 2014).

A primeira crítica ao modelo de Allingham & Sandmo (1972) foi feita por Yitzhaki (1974), ao propor a alteração de um pressuposto do modelo anteriormente apresentado. Neste estudo foi analisado a aversão ao risco por parte do contribuinte, tendo sido defendido que a mesma diminui quando o rendimento aumenta. Sugerindo que um aumento da taxa de imposto resulta numa diminuição de incumprimento fiscal. Esta atitude alia-se com a ideia de que a posição face ao risco por parte do contribuinte é definida com base numa relação inversa do nível de rendimento do contribuinte (Devos, 2014). Ao alterar um pressuposto da teoria inicial abriu espaço para que surgissem novos estudos sobre o comportamento criminal que vem defender que a variável que mais pesa na decisão do agente sobre cometer, ou não o

crime é a probabilidade de ser apanhado, e não a sanção/pena aplicada ao crime (Devos, 2014).

No seguimento dos primeiros modelos económicos, que tinham como base as medidas de dissuasão, surgiram, no início dos anos 80s, modelos mais complexos e com algumas das primeiras pressuposições básicas alteradas, passando a analisar diferentes variáveis associadas ao cumprimento fiscal (Devos, 2014).

Na primeira metade da década de 80s os Estados Unidos da América verificaram um aumento de casos de incumprimento fiscal. Para combater esse fenómeno o Governo decidiu aumentar as áreas de abrangência das sanções (Devos, 2014). Essa decisão foi suportada com base nos estudos e nos modelos económicos da época. Modelos esses que defendiam que o contribuinte é mais sensível à amplitude da sanção do que à probabilidade de deteção (Jackson & Jones, 1985). Ou seja, segundo esses modelos, ao aumentar as sanções, a aversão ao risco do contribuinte aumenta e, como tal, o incumprimento fiscal diminui.

A falha dessas medidas em cumprir o objetivo de melhorar o cumprimento fiscal, por parte dos contribuintes, resultou no aumento da contestação aos modelos económicos. Esse aumento surgiu na base da ideia de que se o comportamento fiscal fosse exclusivamente determinado com base nos fatores de dissuasão, a maioria dos contribuintes, em diversas situações, cometeria fraude fiscal (Graetz & Wilde, 1985; Alm *et al.*, 1992; Pommerehne & Frey, 1992; Sá, 2013). No entanto, a realidade prova que, mesmo com condições favoráveis ao incumprimento fiscal, existia um número significativo de contribuintes que, voluntariamente, cumpriam as suas obrigações fiscais. Na maioria dos países, a percentagem das declarações de rendimentos das pessoas singulares alvo de fiscalização é inferior a 1%, e as sanções pela prática da infração apenas representam uma percentagem do imposto que ficou por pagar (Alm & Torgler, 2011).

Perante esta realidade, os modelos económicos tradicionais apenas justificariam os níveis de cumprimento fiscal de vários países, se os contribuintes apresentassem um elevado nível de aversão ao risco. (Sá, 2013) Tal seria uma condição necessária para que os modelos económicos justificassem a realidade. No entanto, através de estudos realizados, verificou-se que o nível de aversão ao risco não era elevado o suficiente para os modelos serem justificativos daquilo que vinha a acontecer. Nos EUA esse nível situava-se entre os valores

1 e 2, quando, segundo os modelos tradicionais, seria necessário um valor na ordem dos 30s para justificar o nível de cumprimento fiscal observado (Alm *et al.*, 1992). Feld & Frey (2002) chegaram a conclusões semelhantes, num estudo que fizeram na Suíça. Nesse estudo verificou-se um nível de cumprimento fiscal de cerca 76,5%, para o período compreendido entre 1970 e 1995. Com base nos modelos tradicionais, os inquiridos, para apresentarem esse nível de cumprimento fiscal, teriam de revelar um nível de aversão ao risco no valor de 30.8. No entanto, a realidade verificada, demonstrou um nível de aversão ao risco na ordem de valores entre 1 e 2. Já vários autores vinham a referir a insuficiência em explicar os níveis observados de cumprimento fiscal através da variável, nível de aversão ao risco (Graetz & Wilde, 1985; Alm *et al.*, 1992; Pommerehne & Frey, 1992; Wenzel, 2003). Sugerindo assim que os fatores de dissuasão não permitem justificar, por completo, o comportamento dos contribuintes face às suas obrigações fiscais (Sá, 2013).

Concluímos que o efeito gerado pelo aumento do nível das sanções, no cumprimento fiscal, apesar de positivo, não é suficiente para justificar, por completo, esse comportamento do contribuinte. Significando que os modelos económicos tradicionais, baseados nas medidas de dissuasão, não justificam, por completo, o comportamento do contribuinte face às suas obrigações fiscais (Devos, 2014). Os modelos tradicionais desconsideram as razões institucionais e psicológicas que explicam o comportamento do indivíduo. Para colmatar essa lacuna, surgiram novos modelos, baseados na teoria da psicologia social e fiscal (Sá, 2013; Devos, 2014; Diogo, 2018).

2.4 Os modelos não económicos.

Os modelos não económicos surgiram através dos estudos cujo foco passa por analisar as atitudes e comportamentos que justifiquem as ações do contribuinte face às suas obrigações fiscais. Estes modelos combinam fatores de dissuasão económicos com sociais e psicológicos. A principal abordagem destes modelos vem contrariar os modelos que defendiam que o contribuinte é apenas um maximizador da sua utilidade esperada (Devos, 2014). Estes modelos dão ênfase aos fatores não económicos associados ao comportamento do indivíduo, defendendo que as variáveis não económicas são as que têm maior impacto no cumprimento fiscal (Richardson, 2006).

A tendência é estudar as motivações que levam os contribuintes a ter um alto nível de cumprimento fiscal, dando menos ênfase aos motivos do incumprimento (Torgler, 2003; Torgler & Schneider, 2007; Alm, 2012). Assim, assistiu-se à alteração do tipo de estudos realizados, enquanto que antigamente os estudos eram, praticamente exclusiva, de cariz económica, hoje assiste-se a uma abordagem mais multidisciplinar (Sá, 2013).

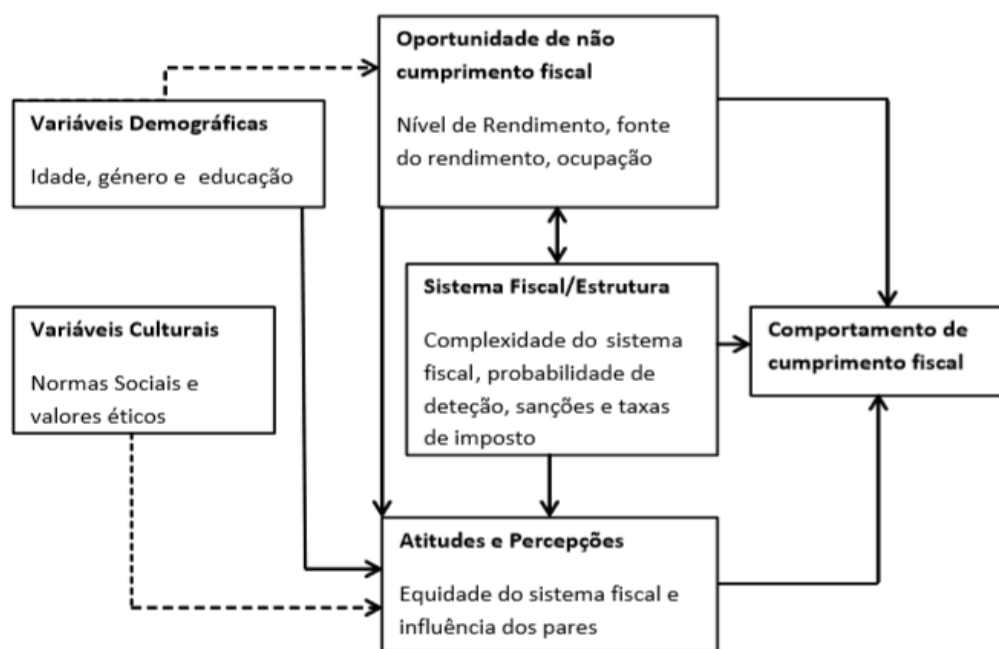
Os estudos de investigação realizados no decorrer da década de oitenta, e após a mesma, serviram de base para estes modelos não económicos. A nova direção seguida por esses estudos, afastando-se dos fatores de dissuasão económicos, proporcionou vários avanços relacionados com o estudo da compreensão do comportamento do contribuinte em diferentes áreas disciplinares (e.g. a psicologia, o direito, a contabilidade, a sociologia e até mesmo a economia) (Feld & Frey, 2002; Torgler, 2003; Sá 2013). Estes estudos foram a base dos avanços mais modernos, tendo os mesmos destacando o papel de variáveis como a complexidade do sistema fiscal, a educação, a confiança, as normas sociais, a equidade e a moral tributária, com o propósito de se ter uma compreensão mais aprofundada do comportamento dos contribuintes (Alm, 2012; Grundmann & Lambsdorff, 2017; Justicia & Theilen, 2018).

Em 1986 Jackson & Milliron apresentaram catorze variáveis determinantes do incumprimento fiscal voluntário, tendo sido agrupadas em três categorias principais. A primeira é composta pelos determinantes demográficos, englobando as variáveis, idade, nível de educação, sexo e vínculo laboral. A segunda está relacionada com os determinantes económicos, composta pelas variáveis: fonte de rendimento, nível de rendimento, sanções, probabilidade de detenção e taxa marginal de imposto. A última categoria conta com os determinantes comportamentais, estando incluídas as variáveis, comportamento dos pares, a equidade, o contacto com a administração fiscal, a complexidade e a ética ou moral tributária. Todas estas variáveis foram revistas e validadas por diversos outros autores, ao longo dos anos, que incorporaram contributos à pesquisa inicialmente apresentada por Jackson & Milliron (1986) (Alm *et al.*, 2004; Torgler, 2005; Richardson, 2006; Coricelli *et al.*, 2010; Alm & Torgler, 2011).

Inspirado em Jackson e Milliron (1986) surge, em 1992, o Modelo de Fisher. Esse modelo sugere que os dois fatores que mais contribuem para definir as ações dos contribuintes face

às suas obrigações fiscais são a influência dos pares e a equidade do sistema fiscal. A eficiência do sistema fiscal, segundo Fisher *et al.* (1992), seria medida com base na sua complexidade legislativa, as taxas de imposto, as sanções e a probabilidade de deteção. Esse modelo foi revisto e aprimorado em 2009 por Chau & Leung, passando a ilustrar o efeito negativo existente entre o nível de rendimento e as taxas de imposto no cumprimento fiscal (Grundmann & Lambsdorff, 2017). Esta nova versão do Modelo de Fisher tem a vantagem de estabelecer uma relação indireta entre as atitudes dos contribuintes e as determinantes inicialmente apresentadas por Jackson & Milliron (1986) (Sá, 2013).

Figura 1 – Modelo de Fisher do cumprimento fiscal modificado por Chau e Leung



Fonte: Chau & Leung (2009: 38)

Frey (1997) defendeu a existência de motivações extrínsecas e intrínsecas explicativas do cumprimento das obrigações fiscais por parte dos contribuintes. As motivações extrínsecas são as que estão ligadas à economia, um exemplo são as fiscalizações existentes e as sanções aplicadas. As motivações intrínsecas são aquelas que levam os contribuintes a cumprirem com as suas obrigações fiscais, sem que haja incentivos monetários. A moral tributária é, segundo o autor, uma forma particular de motivação intrínseca.

Com tudo isto, podemos concluir que existem variáveis não económicas às quais é reconhecida a sua importância na explicação do comportamento dos contribuintes

(Richardson, 2006). Uma sociedade onde exista confiança mútua entre os cidadãos e as autoridades fiscais a cooperação entre eles é maior, permitindo assim um maior conhecimento sobre as normas fiscais e o porque das mesmas, essa cooperação promove um índice de cumprimento fiscal mais elevado (Hofmann *et al.*, 2008; Pickhardt & Prinz, 2014). Um número significativo de estudos, direcionados para o estudo do comportamento do contribuinte, apontam a moral tributária como sendo a variável mais relevante para a explicação do elevado grau de cumprimento fiscal existente em vários países (Frey & Feld, 2002; Frey, 2003; Torgler, 2003; Richardson, 2006; Torgler *et al.*, 2007; Alm & Torgler, 2011; Molero & Pujol, 2012).

Destacada a importância dos modelos não económicos para a explicação do comportamento dos contribuintes face às suas obrigações fiscais, e a relevância da moral tributária dentro desses modelos, abordemos essa variável.

2.5 A Moral tributária

2.5.1. Introdução

Com base nos modelos não económicos, é possível constatar a relevância da moral tributária no âmbito do cumprimento fiscal. Uma revisão da literatura mais aprofundada sobre o cumprimento fiscal confirma essa importância através da apresentação de vários estudos mostrando a relação de proximidade entre a moral tributária e o cumprimento fiscal (Devos, 2014). Assim sendo, um estudo mais detalhado e focado na moral tributária, ajudaria a perceber o porque da relação positiva entre esta e o cumprimento fiscal.

A moral tributária não é um conceito diretamente observável, isto significa que não há uma maneira exata de a medir. Para além disso, a natureza sensível do tema pode afetar as respostas às questões dos estudos por parte dos inquiridos, tornando assim a sua medição ainda menos exata (Sá, 2013). Estes são alguns dos desafios associados ao estudo do tema.

2.5.2. Conceito

A tese de que o pagamento de impostos e o cumprimento das obrigações fiscais tem uma vertente moral é defendida por vários autores (Coricelli *et al.*, 2010; Alm & Torgler, 2011). Pommerehne & Frey (1992) defendiam que o contribuinte tem motivações intrínsecas que afetam o seu cumprimento fiscal, sendo a moral tributária uma forma particular dessas motivações. A investigação sobre a moral tributária teve início nos anos sessenta, tendo

surgido a defesa de que a moral tributária era um comportamento relevante e global, relacionado com o cumprimento fiscal (Schmölders, 1959).

Numa fase inicial, a moral tributária era vista como sendo uma variável pouco relevante. Muitos estudos consideravam essa variável como sendo uma black box. Ela era geralmente enquadrada nas preferências dos contribuintes e usada como uma componente pouco relevante para o estudo das determinantes do incumprimento fiscal. (Feld & Frey, 2002).

Bosco & Mittone (1997) realçaram duas perspetivas de análise do conceito de constrangimento moral, enquadrado na fraude fiscal a abordagem de Kant e a abordagem altruísta. Ambas voltaram a ser estudadas e referidas por outros autores em estudos mais recentes: Torgler (2003) e Murphy & Harris (2007). A primeira tem por base a ideia de que o contribuinte, apenas acha justo pagar um determinado valor de imposto que ele acredite que os demais contribuintes, nas mesmas condições que ele, devem pagar. Isto deve-se ao facto de que para Kant a moral é um imperativo categórico, ou seja, as ações para poderem ser definidas como moralmente boas, tem de poder ser válidas para todos os seres humanos (Laffont, 1995; Lubian & Zarri, 2011). Assim sendo, segundo Kant, as falsas declarações de rendimento, irão provocar o sentimento de culpa, ansiedade e até mesmo a diminuição da autoestima do indivíduo. A abordagem altruísta, diferente da primeira, argumenta que o interesse do contribuinte não é exclusivamente próprio, quer isto dizer que o mesmo também se preocupa com o bem-estar da sociedade. Nesta abordagem, a perceção do quanto o contribuinte irá reduzir o montante de recursos disponíveis para a sociedade, ao incumprir as suas obrigações fiscais, irá afetar a sua decisão de o fazer ou não (Chung, 1976; Torgler *et al.*, 2007).

McGee (2006) apresentou três perspetivas para se perceber a relação entre a ética e o incumprimento fiscal. Uma dessas perspetivas defende que o Estado não tem um poder legítimo, como tal, não existe um acordo explícito que obrigue o contribuinte ao pagamento de impostos. A próxima perspetiva defende precisamente o contrário. Assumindo que não existe ética num ato de incumprimento fiscal, isto porque os indivíduos acreditam ter o dever de cumprir as leis apresentadas pelo Estado. Além disso, os indivíduos acreditam ter um dever uns com os outros, assim sendo, para não prejudicarem os outros, eles devem cumprir as leis e pagar os seus impostos. O último argumento desta perspetiva é a religião, a mesma

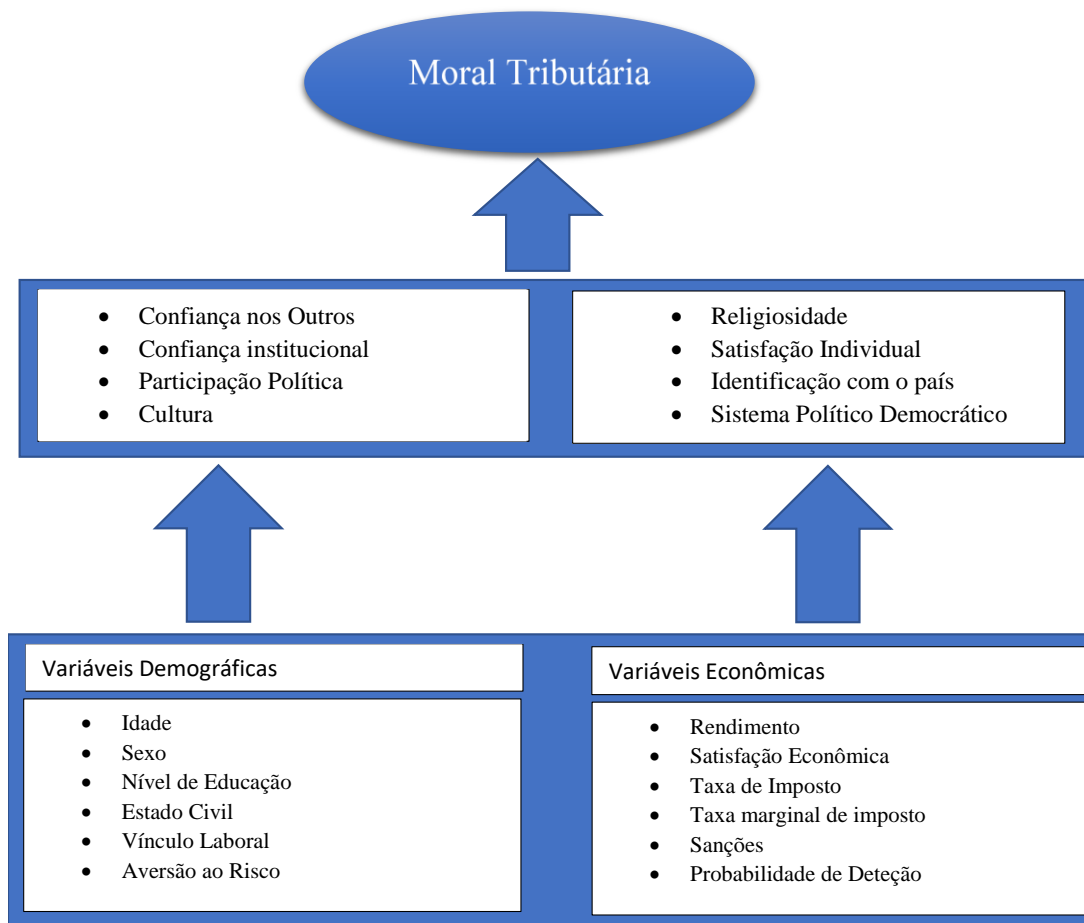
diz que as motivações religiosas incentivam as pessoas a cumprir a lei. A posição da última perspectiva encontra-se entre as outras duas, defendendo que o cumprimento fiscal é por vezes, uma questão ética. Outros autores abordam esta relação entre a ética e o incumprimento fiscal, mencionando estas perspectivas (Alm & Torgler, 2011).

Não esquecendo que a moral tributária foi primeiramente definida como se tratando da vontade intrínseca para pagar impostos por Strümpel e Schmolders em 1969 (Devos, 2014). Desde essa primeira definição, muitas outras surgiram ao longo dos anos, por diversos autores. No entanto, se juntarmos todas essas definições e as sintetizarmos, torna-se possível encontrar três fatores que estão na base para a compreensão do conceito de moral tributária. Em primeiro as regras morais e os sentimentos, seguindo-se a equidade e por fim a relação entre os contribuintes e o Estado (Torgler & Murphy, 2004; Torgler, 2011; Devos, 2014). Apesar disso a moral tributária não é uma variável mensurável, nem diretamente observável, pois trata-se de uma variável multidimensional. Por essas razões, o isolamento dos fatores e variáveis que compõem a moral tributária é algo muito difícil de se fazer.

2.5.3. Determinantes da Moral Tributária

Sá (2013) ao analisar a literatura empírica sobre o comportamento dos contribuintes, elaborou uma tabela resumo com as determinantes da moral tributária.

Figura 2 – Determinantes da Moral Tributária



Fonte: Autor (2018) inspirado em Sá (2013)

Ao analisar um pouco mais detalhadamente para cada uma dessas determinantes, percebemos as variáveis que as compõem, os autores que as apresentaram e a forma como influenciam a moral tributária.

Os determinantes demográficos são compostos pelas características pessoais e demográficas de cada indivíduo que influenciam a sua motivação intrínseca em cumprir com as suas obrigações fiscais. Esses determinantes são compostos pelas variáveis género, nível de educação, idade, vínculo laboral, grau de aversão ao risco e o estado civil (Alm & Torgler 2006; Molero & Pujol, 2012; Pickhardt & Prinz, 2014; Castro & Scartascini, 2015).

Os determinantes económicos representam os fatores económicos coletivos e individuais que influenciam a decisão do contribuinte no âmbito do cumprimento das suas obrigações fiscais. Os estudos identificam que as variáveis nível de rendimento, situação financeira do

indivíduo, taxa de imposto, se trabalha ou não por conta própria, satisfação, as multas, a probabilidade de detenção e o status económico, como sendo o conjunto de variáveis económicas responsáveis por influenciar a moral tributária dos contribuintes (Torgler 2004; Torgler & Schneider 2007; Daude *et al.*, 2013).

A Religiosidade de um indivíduo pode ser definida como sendo o seu compromisso religioso e o seguimento dos ensinamentos da sua religião (Beyerlein, 2005). Visto a personalidade do indivíduo não ser apenas influenciada pela sua genética, como também pelos seus valores culturais. Percebemos assim que as atitudes e comportamentos de um indivíduo refletem o seu compromisso religioso (Alm & Torgler, 2011).

A Satisfação Individual, embora ainda seja um tema pouco abordado pela literatura, tem-se mostrado como sendo uma componente importante da moral tributária. Quanto maior a satisfação do indivíduo e a sua felicidade, maior o índice de moral tributária (Torgler, 2004, 2011; Lago-Peñas & Lago-Peñas, 2010). Essa importância foi comprovada nos países asiáticos, na Espanha e na América Latina (Torgler 2004, 2005, Martinez-Vazquez & Torgler, 2009).

A Identificação com o País pode ser vista como o orgulho que um indivíduo sente ao pertencer ao seu país. Esse sentimento é conhecido como o patriotismo. Através dessa variável conseguimos avaliar o grau de identificação de um indivíduo com o seu Estado. Quanto maior for o nível de patriotismo, maior a moral tributária (Konrad & Qari, 2009). Essa relação foi observada em através dos estudos empíricos realizados na Europa, Ásia, Rússia e América Latina (Torgler, 2004, 2005; Alm *et al.*, 2006; Konrad & Qari, 2009).

A Confiança nos Outros assenta na ideia de que o comportamento de um indivíduo é afetado pelo comportamento dos demais (Frey & Torgler, 2007; Pickhardt & Prinz, 2014). A percepção do contribuinte da forma como os restantes contribuintes agem perante as suas obrigações fiscais, leva-o a seguir a maioria. Ou seja, se o contribuinte achar que os demais cumprem com as suas obrigações fiscais, o mesmo também vai procurar ser cumpridor. A confiança nos outros tem uma relação positiva na moral tributária (Frey & Torgler, 2007; Molero & Pujol, 2012; Williams & Schneider, 2016).

A Confiança Institucional consiste no relacionamento entre os contribuintes e o Estado (Torgler & Murphy, 2004; Feld & Frey, 2007; Torgler & Schneider, 2007). Essa relação tem

por base direitos e deveres entre ambos. Tornando por isso a confiança um aspeto crucial dessa relação. A confiança institucional é dividida em três aspetos principais. A confiança dos contribuintes depositada no governo. A qualidade dos bens e serviços públicos. A relação entre a administração fiscal e os contribuintes (Torgler, 2003; McGee, 2006). Assim sendo, quanto maior for essa confiança, maior é a moral tributária (Alm & Torgler, 2006).

O Sistema Político Democrático e a Participação Política podem ser estudados em conjunto. Os fatores políticos e ideológicos são importantes para explicar a moral tributária dos contribuintes (Rodriguez *et al.*, 2006). A utilização dos direitos de participação política associados ao regime político democrático, confere os meios aos cidadãos de afetarem as decisões tomadas pelo governo. O envolvimento dos indivíduos no processo político contribui para uma relação mais próxima entre eles e o estado, aumentando assim a moral tributária (Torgler, 2005; Alm & Torgler, 2006; Torgler & Schneider, 2007).

A Cultura fiscal de um país é o conjunto de instituições, formais e informais, relacionadas com o sistema fiscal e a sua utilização (Nerré, 2008; Molero & Pujol, 2012). A mentalidade fiscal engloba todos os comportamentos e atitudes que os contribuintes tenham face aos impostos e ao Estado (Schmolder, 1959). Diferentes mentalidades fiscais relacionam-se de forma diferente com a moral tributária. (Alm *et al.*, 1995; Alm & Torgler, 2004; Torgler & Schneider, 2006).

Percebe-se que os modelos tradicionais não foram capazes de explicar, de forma satisfatória, o cumprimento fiscal. Por esse motivo, cresceu o número de trabalhos desenvolvidos dando ênfase aos modelos que incorporassem fatores de natureza não económica. A moral tributária surgiu como sendo um desses fatores explicativos incorporados nesses novos modelos. Sabemos agora quais os determinantes/variáveis que constituem a moral tributária, mas como medi-la?

2.5.4. *Mensuração da moral Tributária*

De forma a mensurar a moral tributária, tornou-se necessário arranjar critérios que o permitissem, ou seja, que fossem mensuráveis. Com isto em mente, ao longo dos anos tem-se desenvolvido perguntas que procuram englobar todas as determinantes da moral tributária e assim, conseguir medi-la. Daude *et al.*, (2013) levantaram algumas questões sobre o que determina a moral tributária e recorreram sobre essas variáveis. São questões simples que

procuram analisar e medir o complexo. Um exemplo dessas questões é a “Cheating on taxes?” (Alm *et al.*, 2006; Frey & Torgler, 2007; Schneider & Enste, 2013; Daude *et al.*, 2013; Grundmann & Lanbsdorff, 2017; Justicia & Theilen, 2018). Esta questão tenta medir e analisar as variáveis não individuais de confiança no governo, patriotismo e a confiança no sistema legal. Ambas as variáveis têm uma relação positiva com a moral tributária, ou seja, quanto maiores¹, maior será o nível da moral tributária. As variáveis individuais que estão na base desta pergunta são a idade, educação, se trabalha ou não por conta própria e o seu nível de rendimento. A idade e a educação, contrariamente ao trabalho por conta própria e o nível de rendimento, têm uma relação positiva, a moral tributária aumenta com a idade e com o nível de educação do indivíduo, já no outro caso, se o indivíduo trabalhar por conta própria a sua moral tributária diminui, o mesmo acontece com o aumento do seu rendimento (Daude *et al.*, 2013).

2.6 Conclusões da revisão de literatura

Como pudemos constatar, os trabalhos de investigação desenvolvidos nestas últimas décadas enfatizam os modelos não económicos, revelando a importância das variáveis não económicas para a compreensão do comportamento dos contribuintes no âmbito do cumprimento fiscal, em especial as de natureza comportamental, das quais se destaca a moral tributária. Os estudos indicam uma forte relação entre a mesma e o cumprimento das obrigações fiscais. Por essas razões foi apontada como uma variável chave, ao invés de uma black box como inicialmente tinha sido definida. Sabe-se que os contribuintes que apresentam fortes valores éticos e morais face às obrigações fiscais, estão menos predispostos a incorrer em atos de incumprimento fiscal. Conclui-se assim que é importante para o Governo aumentar, ou pelo menos manter, os níveis da moral tributária da sua população, para que com isso, promova e obtenha um elevado nível de cumprimento fiscal (Alm & Torgler, 2011; Sá, 2013; Devos, 2014).

¹ Na página 15 do trabalho apresentado em 2013 por Daude *et al.*, encontra-se uma tabela com as restantes perguntas.

3 Metodologia

Este capítulo apresenta a metodologia aplicada neste trabalho que pretende analisar dados quantitativos recolhidos da base de dados da World Values Survey com o intuito de responder às questões de investigação apresentadas de seguida. O capítulo encontra-se dividido em: i) objetivos da investigação; ii) os dados utilizados; iii) caracterização da amostra; iv) questões de investigação.

3.1 Objetivos da investigação

No âmbito das conclusões de Kolm (1973) e Friedland, Maital & Rutenberg (1978), estes referem que os países latinos e mediterrânicos, respetivamente, são os mais propensos a entrar em incumprimento fiscal. Assim, o nosso trabalho centra-se, com base em Daude, Gutierrez e Melguizo (2013) e OCDE (2013), numa análise comparativa do nível de moral tributária dos países latinos, bem como de dois fatores determinantes identificados por estes – a democracia e a confiança institucional. Adicionalmente, questionamos quais os fatores sociodemográficos nos quais se verificam diferenças estatisticamente significativas ao nível da moral tributária, democracia e a confiança institucional.

3.2 Dados

Os dados utilizados na análise, são os mais recentes, disponíveis, da World Values Survey. Esta é a única base de dados que conta com uma amostra (entrevistados), que variam do mais pobre ao mais rico, dos vários países do mundo, garantindo assim que abrange as maiores culturas mundiais. Os dados são recolhidos através de um questionário composto por aproximadamente 900 perguntas, aplicado em quase 100 países, atingindo quase 400.000 entrevistados, representando 90% da população mundial². As questões do questionário procuram investigar as crenças, convicções e valores dos indivíduos, permitindo com isso, analisar o seu impacto na vida social e política nas sociedades, sendo possível analisar a sua evolução e por isso criar expectativas e previsões. A seguinte tabela exhibe os dados da base de dados utilizados neste trabalho.

² Esta informação encontra-se disponível no site www.worldvaluessurvey.org

Tabela 1 Composição da Amostra

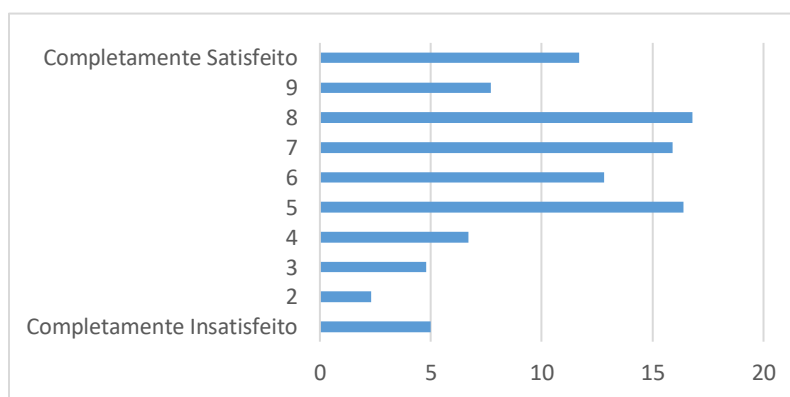
País	Nº respostas
Argentina	1030
Brasil	1486
Chile	1000
Colômbia	1512
Equador	1202
Espanha	1189
México	2000
Peru	1210
Uruguai	1000
Total	11629

Fonte: Autor (2018)

3.3 Caracterização da Amostra

De acordo com a análise das estatísticas descritivas da amostra, pode observar-se que esta é composta maioritariamente por mulheres (52.5%). Em relação à idade dos participantes, cerca de 60% tem menos de 44 anos (30% até 29 e 30.2% dos 30 aos 44), enquanto que apenas 11.6% tem mais de 64. Desses, 59,1% são casados ou vivem juntos, enquanto que 26,5% são solteiros. No gráfico apresentado vemos a satisfação com a situação financeira doméstica dos participantes:

Figura 3 – Nível de Satisfação Financeira da Amostra



Fonte: Autor (2018)

A percentagem de indivíduos alfabetizados, na amostra, é de 88,8% (de um total de 91,1% de respostas obtidas nessa questão). Os entrevistados com grau de escolaridade de nível superior perfazem de 10,8% da amostra, enquanto que a maioria (88,9%) não possuía formação superior. Observa-se que, na maioria dos países estudados, os indivíduos são

religiosos. Para a maioria dos entrevistados, a democracia é muito importante, por fim a maioria está satisfeita ou muito satisfeita com a sua vida³.

3.4 Questões de investigação

Com o propósito de analisar a moral tributária, a confiança institucional e a democracia, nós analisámos o alfa de Cronbach de cada uma dessas dimensões, com o objetivo de perceber o grau de confiabilidade dos resultados obtidos. Enquanto questões secundárias nós analisámos as variáveis de controlo: sexo; educação; conjugalidade; idade; trabalho; religião; grau de conforto com o rendimento; países. Para cada uma dessas variáveis de controlo foram testadas as diferenças entre as médias de acordo com o método de Scheffé, para isso definiram-se as seguintes hipóteses:

H0: As diferenças entre as médias não são estatisticamente significativas;

H1: As diferenças entre as médias são estatisticamente significativas;

Também se testou a hipóteses de igualdade das variâncias de cada variável de controlo através do teste ANOVA nomeadamente o teste F e o de Bartlett:

H0: Todas as variâncias são iguais

H1: Nem todas as variâncias são iguais

4 Análise descritiva dos indicadores e a criação das dimensões

Este capítulo tem como objetivo proceder à análise e discussão de resultados. Integra uma análise descritiva das questões selecionadas do World Values Survey. A etapa seguinte passa pela criação de índices sintéticos, ou dimensões, que surgem com base na revisão de literatura. A sua adequação é determinada com base no alfa de Cronbach, medida sugerida por vários autores (George & Mallery, 2003; Hill & Hill, 2008; Silva, 2015).

4.1 Moral Tributária

Para a análise da moral tributária foram selecionados alguns indicadores do WVS utilizados por alguns autores (e.g. Daude *et al.*, 2013 e Sá, 2013), apresentados na tabela seguinte.

³ Os gráficos com estes dados encontram-se em anexo

Tabela 2 – Moral Tributária

	N	Missing	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão	α Chronbach
Justificável reclamar benefícios governamentais e/ou fiscais para os quais não temos direito	11417	212	1	10	3,19	2,86	0,583
Justificável não pagar o bilhete do transporte público	11488	141	1	10	3,03	2,75	
Justificável “fugir” aos impostos se tivermos hipótese	11485	144	1	10	1,94	1,89	
MORAL	11304		1	10	2,72	1,87	

Como podemos constatar, os três indicadores apresentam médias abaixo do centro da escala. No entanto, o indicador referente à fuga aos impostos é o que apresenta a média mais diminuta (1,94), significando que os respondentes condenam o incumprimento fiscal, pela via da evasão e fraude fiscais. Este indicador é, também, o que apresenta um menor grau de dispersão nas respostas dadas. Por sua vez, o indicador referente à reclamação indevida de benefícios é o que apresenta a maior média e o maior desvio-padrão, implicando que os respondentes não condenam, de forma tão severa como com o incumprimento fiscal, esta prática.

Com os três indicadores apresentados, foi criada a dimensão designada por “Moral Tributária”, com base na média aritmética dos indicadores, tendo sido obtido um alfa de Cronbach de 0,583 e cujas estatísticas descritivas se apresentam na última linha da tabela 2. O alfa de Cronbach apresenta um valor abaixo do recomendado por vários autores, porém Marôco & Garcia-Marques (2006) consideram que em determinadas condições “...um alfa de 0.60 é considerado aceitável desde que os resultados obtidos com esse instrumento sejam interpretados com precaução e tenham em conta o contexto de computação do índice (DeVellis, 1991).”

Em termos comparativos, os diversos grupos apresentam os resultados que constam nas tabelas seguintes.

Tabela 3 “Moral Tributária” – Teste *t* ao sexo

Variável		Estatísticas descritivas			Teste <i>t</i>	
Designação	Grupos	Média	Desvio-padrão	Obs.	$\sigma_x = \sigma_y$	$\sigma_x \neq \sigma_y$
Sexo	Feminino	2,69	1,89	5.899	1,293	1,294
	Masculino	2,74	1,86	5.405		

* $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

Tabela 4 “Moral Tributária” – Teste de Scheffé por formação superior

Grupos	Estatísticas descritivas			Teste da ANOVA		Teste de Scheffé	
	Média	Desvio-padrão	Obs.	Teste F	Bartlett	C/formação Sup.	S/formação Sup.
C/formação Sup.	2,50	1,73	1236	11,88***	21,14***	-	-
S/ formação Sup.	2,75	1,89	10036			0,24***	-
NS/NR/NP	1,97	1,33	32			-0,53	-0,78*

* $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

Tabela 5 “Moral Tributária” – Teste de Scheffé por conjugalidade

Grupos	Estatísticas descritivas			Teste da ANOVA		Teste de Scheffé	
	Média	Desvio-padrão	Obs.	Teste F	Bartlett	vive em conjugalidade	Solteiro
vive em conjugalidade	2,69	1,86	6656	2,14	1,52	-	-
Solteiro	2,76	1,89	4636			0,07	-
NS/NR/NP	2,67	1,89	12			-0,02	-0,09

* $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

Tabela 6 “Moral Tributária” – Teste de Scheffé por idade

Grupos	Estatísticas descritivas			Teste da ANOVA		Teste de Scheffé		
	Média	Desvio-padrão	Obs.	Teste F	Bartlett	Até 29 anos	30-44 anos	45-64 anos
Até 29 anos	2,98	1,93	3388	51,20***	24,83***	-	-	-
30-44 anos	2,75	1,88	3411			-0,23***	-	-
45-64 anos	2,56	1,82	3204			-0,42***	-0,19***	-
≥ 65 anos	2,31	1,74	1301			-0,67***	-0,44***	-0,25***

* $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

Tabela 7 “Moral Tributária” – Teste de Scheffé por tipo de trabalho

Grupos	Estatísticas descritivas			Teste da ANOVA		Teste de Scheffé		
	Média	Desvio-padrão	Obs.	Teste F	Bartlett	Trabalho p/conta de outrem	Trabalho p/conta própria	Outro
Trabalho p/conta de outrem	2,66	1,85	4057	1,95	17,80***	-	-	-
Trabalho p/conta própria	2,76	1,81	1563			0,10	-	-
Outro	2,75	1,93	4.691			0,09	-0,01	-
NS/NR/NP	2,70	1,79	993			0,04	-0,06	-0,05

* $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

Tabela 8 “Moral Tributária” – Teste de Scheffé por ser ou não religioso

Grupos	Estatísticas descritivas			Teste da ANOVA		Teste de Scheffé		
	Média	Desvio-padrão	Obs.	Teste F	Bartlett	Religioso	Não é Religioso	Ateu
Religioso	2,77	1,90	7712	11,68***	23,17***	-	-	-
Não é Religioso	2,54	1,78				0,23***	-	-
Ateu	2,86	1,98				0,09	0,32**	-
NS/NR/NP	2,71	1,73				-0,06	0,17	-0,015

* $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

Tabela 9 “Moral Tributária” – Teste de Scheffé por grau de conforto com o rendimento

Grupos	Estatísticas descritivas			Teste da ANOVA		Teste de Scheffé				
	Média	Desvio-padrão	Obs.	Teste F	Bartlett	NS/NR	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Dá para viver	Satisfeito
NS/NR	2,38	1,69	24	6,50***	130,93***	-	-	-	-	-
Muito insatisfeito	2,96	2,15	806			0,58	-	-	-	-
Insatisfeito	2,66	1,82	1294			0,28	-0,30**	-	-	-
Dá para viver	2,61	1,75	3276			0,24	-0,35***	-0,05	-	-
Satisfeito	2,72	1,79	3706			0,34	-0,24*	0,06	0,11	-
Muito satisfeito	2,82	2,08	2198			0,44	-0,14	0,15	0,21	0,10

* $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

Tabela 10 “Moral Tributária” – Teste de Scheffé por país

Grupos	Estatísticas descritivas			Teste da ANOVA		Teste de Scheffé							
	Média	Desvio-padrão	Obs.	Teste F	Bartlett	Argentina	Brasil	Chile	Colombia	Equador	Mexico	Peru	Espanha
Argentina	2,71	1,79	982			-	-	-	-	-	-	-	-
Brasil	2,68	2,10	1444			-0,03	-	-	-	-	-	-	-
Chile	2,53	1,68	959			-0,18	-0,15	-	-	-	-	-	-
Colombia	2,65	1,67	1496			-0,06	-0,03	0,12	-	-	-	-	-
Equador	2,51	1,77	1199	118,14***	446,68***	-0,20	-0,17	-0,02	-0,14	-	-	-	-
Mexico	3,66	2,10	1975			0,96***	0,98***	1,13***	1,02***	1,15***	-	-	-
Peru	2,95	1,76	1131			0,24	0,27*	0,42***	0,30**	0,44***	-0,71***	-	-
Espanha	1,99	1,33	1156			-0,71***	-0,69***	-0,54***	-0,65***	-0,51***	-1,67***	-0,96***	-
Uruguai	1,97	1,48	962			-0,73***	-0,71***	-0,56***	-0,67***	-0,54***	-1,69***	-0,98***	-0,02

* $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

Os resultados obtidos anuem que a “Moral Tributária” é mais elevada nas mulheres do que nos homens. Em relação aos restantes grupos, a “Moral Tributária” apresenta valores mais elevados entre aqueles que possuem formação superior (existem diferenças estatisticamente significativas entre os que possuem e não possuem formação superior, sendo rejeitada a hipótese de igualdade de variâncias para um nível de significância de 0,01), que vivem em conjugalidade, que trabalham por conta de outrem, que não estão ligados a uma religião (existem diferenças estatisticamente significativas entre os três grupos – religiosos; não religiosos e ateus convictos – e é rejeitada a hipótese de igualdade de variâncias para um nível de significância de 0,01), que têm mais de 65 anos (existem diferenças estatisticamente significativas entre todos os grupos de idades e é rejeitada a hipótese de igualdade de variâncias para um nível de significância de 0,01) e que vivem suficientemente com o rendimento do agregado familiar (existem diferenças estatisticamente significativas entre os que estão muito insatisfeitos com o rendimento do agregado familiar face aos restantes grupos exceto os “muito satisfeitos”, sendo rejeitada a hipótese de igualdade de variâncias para um nível de significância de 0,01). No que diz respeito à análise comparativa por país, constatamos que, num extremo temos o Uruguai e a Espanha – como os países com um maior nível de moral tributária – e no outro extremo temos o Perú e o México – como os países com um menor nível de moral tributária. Existem diferenças estatisticamente significativas entre os países referidos em ambos os extremos e os restantes, com algumas exceções (Perú vs Argentina e Espanha vs Uruguai).

4.2 Confiança nas Instituições

Para a análise da confiança nas instituições foram selecionados alguns indicadores do WVS utilizados por alguns autores (e.g. Daude *et al.*, 2013 e Sá, 2013), apresentados na tabela seguinte.

Tabela 11 – Confiança Institucional

	N	Missing	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão	α Chronbach
Igrejas	11530	99	1	4	2,24	1,068	0,886
Forças armadas	11386	243	1	4	2,50	0,998	
Imprensa	11473	156	1	4	2,78	0,880	
Televisão	11531	98	1	4	2,76	0,875	
Sindicatos	11174	455	1	4	3,04	0,870	
Polícia	11551	78	1	4	2,72	0,948	
Tribunais	11448	181	1	4	2,88	0,907	
Governo	11486	143	1	4	2,80	0,936	
Partidos políticos	11433	196	1	4	3,22	0,799	
Parlamento	11340	289	1	4	3,08	0,850	
Proteção civil	11341	288	1	4	3,03	0,851	
Universidades	11348	281	1	4	2,09	0,888	
Empresas	11294	335	1	4	2,58	0,917	
Bancos	11381	248	1	4	2,71	0,932	
Organizações Ambientais	11139	490	1	4	2,28	0,901	
Organizações da Mulher	10931	698	1	4	2,28	0,910	
Organizações humanitárias e de caridade	11194	435	1	4	2,28	0,905	
ONU	10459	1170	1	4	2,64	0,945	
CONFIANÇA INSTITUCIONAL	9360		1	4	2,66	0,53	

Como podemos constatar, os dezoito indicadores apresentam médias acima do centro da escala. No entanto, o indicador referente à confiança nas universidades é o que apresenta a média mais diminuta (2,09), significando que a instituição em que os respondentes mais confiam são as Universidades. No entanto o indicador que apresenta um menor grau de dispersão nas respostas dadas são os partidos políticos (0,799), que por sua vez, também é o que apresenta a maior média, implicando que essa é a instituição em que os respondentes menos confiam.

Com os dezoito indicadores apresentados, foi criada a dimensão designada por “Confiança Institucional”, com base na média aritmética dos indicadores, tendo sido obtido um alfa de Cronbach de 0,886 e cujas estatísticas descritivas se apresentam na última linha da tabela 11. O alfa de Cronbach apresenta um valor acima do recomendado por vários autores.

Em termos comparativos, os diversos grupos apresentam os resultados que constam nas tabelas seguintes.

Tabela 12 “Confiança Institucional” – Teste *t* ao sexo

Variável		Estatísticas descritivas			Teste t	
Designação	Grupos	Média	Desvio-padrão	Obs.	$\sigma_x = \sigma_y$	$\sigma_x \neq \sigma_y$
Sexo	Feminino	2,66	0,53	4.727	-1,319	-1,319
	Masculino	2,65	0,54	4.633		

* $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

Tabela 13 “Confiança Institucional” – Teste de Scheffé por formação superior

Grupos	Estatísticas descritivas			Teste da ANOVA		Teste de Scheffé	
	Média	Desvio-padrão	Obs.	Teste F	Bartlett	C/formação Sup.	S/formação Sup.
C/formação Sup.	2,59	0,50	1150	9,53***	13,77***	-	-
S/formação Sup.	2,67	0,54	8184			0,07***	-
NS/NR/NP	2,72	0,46	26			-0,13	0,05

* $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

Tabela 14 “Confiança Institucional” – Teste de Scheffé por conjugalidade

Grupos	Estatísticas descritivas			Teste da ANOVA		Teste de Scheffé	
	Média	Desvio-padrão	Obs.	Teste F	Bartlett	vive em conjugalidade	Solteiro
vive em conjugalidade	2,65	0,53	5493	1,27	4,74*	-	-
Solteiro	2,67	0,54	3859			0,2	-
NS/NR	2,76	0,29	8			0,11	0,10

* $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

Tabela 15 “Confiança Institucional” – Teste de Scheffé por idade

Grupos	Estatísticas descritivas			Teste da ANOVA		Teste de Scheffé		
	Média	Desvio-padrão	Obs.	Teste F	Bartlett	Até 29 anos	30-44 anos	45-64 anos
Até 29 anos	2,66	0,54	2971	1,84	3,12	-	-	-
30-44 anos	2,67	0,52	2867			0,01	-	-
45-64 anos	2,65	0,53	2577			-0,02	-0,03	-
≥ 65 anos	2,63	0,54	945			-0,03	-0,04	-0,01

* $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

Tabela 16 “Confiança Institucional” – Teste de Scheffé por tipo de trabalho

Grupos	Estatísticas descritivas			Teste da ANOVA		Teste de Scheffé		
	Média	Desvio-padrão	Obs.	Teste F	Bartlett	Trabalho p/conta de outrem	Trabalho p/conta própria	Outro
Trabalho p/conta de outrem	2,62	0,52	3504	28,83***	29,27***	-	-	-
Trabalho p/conta própria	2,71	0,55	1356			0,09***	-	-
Outro	2,64	0,54	3791			0,02	-0,07***	-
NS/NR/NP	2,80	0,47	709			0,18***	0,10***	0,16***

* $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

Tabela 17 “Confiança Institucional” – Teste de Scheffé por ser ou não religioso

Grupos	Estatísticas descritivas			Teste da ANOVA		Teste de Scheffé		
	Média	Desvio-padrão	Obs.	Teste F	Bartlett	Religioso	Não é Religioso	Ateu
Religioso	2,61	0,54	6395	61,73***	16,27***	-	-	-
Não é Religioso	2,73	0,51	2431			0,12***	-	-
Ateu	2,89	0,52	354			0,28***	0,16***	-
NS/NR/NP	2,84	0,46	180			0,23***	0,11*	-0,05

* $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

Tabela 18 “Confiança Institucional” – Teste de Scheffé por grau de conforto com o rendimento

Grupos	Estatísticas descritivas			Teste da ANOVA		Teste de Scheffé				
	Média	Desvio-padrão	Obs.	Teste F	Bartlett	NS/NR	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Dá para viver	Satisfeito
NS/NR	2,92	0,47	15	26,88***	35,53***	-	-	-	-	-
Muito insatisfeito	2,82	0,57	631			-0,10	-	-	-	-
Insatisfeito	2,73	0,51	1015			-0,19	-0,09**	-	-	-
Dá para viver	2,68	0,51	2697			-0,24	-0,14***	-0,05	-	-
Satisfeito	2,61	0,52	3152			-0,31	-0,21***	-0,12***	-0,07***	-
Muito satisfeito	2,60	0,57	1850			-0,32	-0,22***	-0,13***	-0,08***	-0,01

* $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

Tabela 19 “Confiança Institucional” – Teste de Scheffé por país

Grupos	Estatísticas descritivas			Teste da ANOVA		Teste de Scheffé							
	Média	Desvio-padrão	Obs.	Teste F	Bartlett	Argentina	Brasil	Chile	Colombia	Equador	Mexico	Peru	Espanha
Argentina	2,81	0,47	702			-	-	-	-	-	-	-	-
Brasil	2,65	0,55	1029			-0,16***	-	-	-	-	-	-	-
Chile	2,60	,049	769			-0,21***	-0,05	-	-	-	-	-	-
Colombia	2,56	0,56	1262			-0,25***	-0,09**	-0,04	-	-	-	-	-
Equador	2,59	0,52	1176	34,34***	114,62***	-0,22***	-0,06	-0,01	0,03	-	-	-	-
Mexico	2,63	0,55	1890			-0,18***	-0,02	0,04	0,08**	0,04	-	-	-
Peru	2,82	0,57	960			0,01	0,017***	0,23***	0,27***	0,23***	0,19***	-	-
Espanha	2,75	0,44	943			-0,06	0,10**	0,15***	0,19***	0,15***	0,11***	-0,08	-
Uruguai	2,57	0,52	629			-0,23***	-0,08	-0,02	0,02	-0,02	-0,06	-0,25***	-0,17***

* $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

Os resultados obtidos anuem que a “Confiança Institucional” é mais elevada nos homens do que nas mulheres. Em relação aos restantes grupos, a “Confiança Institucional” apresenta valores mais elevados entre aqueles que possuem formação superior (existem diferenças estatisticamente significativas entre os que possuem e não possuem formação superior, sendo rejeitada a hipótese de igualdade de variâncias para um nível de significância de 0,01), que vivem em conjugalidade, que trabalham por conta de outrem (existem diferenças estatisticamente significativas entre os que trabalham por contra de outrem e os que trabalham por conta própria e entre os que trabalham por conta própria e os que se encontram em outra situação de trabalho, sendo rejeitada a hipótese de igualdade de variâncias para um nível de significância de 0,01), que são religiosos (existem diferenças estatisticamente significativas entre os três grupos – religiosos; não religiosos e ateus convictos – e é rejeitada a hipótese de igualdade de variâncias para um nível de significância de 0,01), que tem mais de 65 anos e os que estão muito satisfeitos com o rendimento do agregado familiar (existem diferenças estatisticamente significativas entre todos os grupos – muito insatisfeito; insatisfeito; dá para viver; satisfeito; muito satisfeito – menos entre os que responderam estar insatisfeitos e os que afirmam que o rendimento do agregado familiar dá para viver e entre os que estão satisfeitos e os que estão muito satisfeito, sendo rejeitada a hipótese de igualdade de variâncias para um nível de significância de 0,01). No que diz respeito à análise comparativa por país, constatamos que, num extremo temos o Peru, a Argentina e em terceiro lugar a Espanha – como os países com um menor nível de confiança institucional – e no outro

extremo temos a Colômbia e o Uruguai – como os países com um maior nível de moral tributária. Existem diferenças estatisticamente significativas entre os países referidos no extremo negativo e os restantes, a Colômbia tem diferenças estatisticamente significativas com todos os países com a exceção do Chile, Equador e Uruguai.

4.3 Democracia

Para a análise da Democracia foram selecionados alguns indicadores do WVS utilizados por alguns autores (e.g. Daude *et al.*, 2013 e Sá, 2013), apresentados na tabela seguinte.

Tabela 20 – Democracia

Grupos	N	Missing	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão	α Chronbach
O Estado faz repartição de rendimentos através dos impostos?	11035	594	1	10	5,60	3,07	0,714
Os governantes são escolhidos através de uma eleição livre?	11240	389	1	10	8,03	2,52	
Existe subsídio de desemprego	11134	495	1	10	6,69	2,90	
Os direitos civis protegem a liberdade dos cidadãos contra o estado?	10724	905	1	10	7,01	2,68	
O Estado assegura igualdade de rendimento?	11057	572	1	10	5,91	2,99	
Os cidadãos obedecem às leis	11089	540	1	10	6,03	2,89	
Os homens e as mulheres têm os mesmos direitos?	11322	307	1	10	8,35	2,39	
Importância da Democracia	11442	187	1	10	8,47	2,07	
O Governo do país é democrático?	11337	292	1	10	6,38	2,58	
DEMOCRACIA	10086		1	10	6,93	1,48	

Como podemos constatar, os nove indicadores apresentam médias acima do centro da escala. No entanto, o indicador referente à importância da democracia é o que apresenta a maior média (8,47), significando que os respondentes reconhecem a importância de viverem num regime democrático. Este indicador é, também, o que apresenta um menor grau de dispersão nas respostas dadas. Por sua vez, o indicador referente ao dever do Estado em fazer a repartição dos rendimentos através dos impostos é o que apresenta a média mais diminuta e o maior desvio-padrão, implicando que os respondentes não pensam, de forma tão assertiva, que o dever do Estado em promover a repartição dos rendimentos através dos impostos se trata de uma característica essencial de uma democracia.

Com os nove indicadores apresentados, foi criada a dimensão designada por “Democracia”, com base na média aritmética dos indicadores, tendo sido obtido um alfa de Cronbach de 0,714 e cujas estatísticas descritivas se apresentam na última linha da tabela 20. O alfa de Cronbach apresenta um valor acima do recomendado por vários autores.

Em termos comparativos, os diversos grupos apresentam os resultados que constam nas tabelas seguintes.

Tabela 21 “Democracia” – Teste *t* ao sexo

Variável		Estatísticas descritivas			Teste <i>t</i>	
Designação	Grupos	Média	Desvio-padrão	Obs.	$\sigma_x = \sigma_y$	$\sigma_x \neq \sigma_y$
Sexo	Feminino	6,91	0,02	5097	1,479	1,479
	Masculino	6,96	0,02	4989		

* $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

Tabela 22 “Democracia” – Teste de Scheffé por formação superior

Grupos	Estatísticas descritivas			Teste da ANOVA		Teste de Scheffé	
	Média	Desvio-padrão	Obs.	Teste F	Bartlett	C/formação Sup.	S/formação Sup.
C/formação Sup.	6,94	1,43	1188	0.1	4,66*	-	-
S/formação Sup.	6,93	1,49	8867			-0,01	-
NS/NR/NP	7,05	1,69	31			0,11	0,11

* $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

Tabela 23 “Democracia” – Teste de Scheffé por conjugalidade

Grupos	Estatísticas descritivas			Teste da ANOVA		Teste de Scheffé	
	Média	Desvio-padrão	Obs.	Teste F	Bartlett	vive em conjugalidade	Solteiro
vive em conjugalidade	6,94	1,49	5984	0.45	0,59	-	-
Solteiro	6,92	1,47	4091			-0,02	-
NS/NR	7,28	1,37	11			0,34	0,36

* $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

Tabela 24 “Democracia” – Teste de Scheffé por idade

Grupos	Estatísticas descritivas			Teste da ANOVA		Teste de Scheffé		
	Média	Desvio-padrão	Obs.	Teste F	Bartlett	Até 29 anos	30-44 anos	45-64 anos
Até 29 anos	6,79	1,44	3090	25,79***	7,72*	-	-	-
30-44 anos	6,90	1,51	3110			-0,11**	-	-
45-64 anos	7,02	1,47	2825			-0,23***	0,12**	-
≥ 65 anos	7,21	1,49	1061			-0,42***	0,31***	0,19***

* $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

Tabela 25 “Democracia” – Teste de Scheffé por tipo de trabalho

Grupos	Estatísticas descritivas			Teste da ANOVA		Teste de Scheffé		
	Média	Desvio-padrão	Obs.	Teste F	Bartlett	Trabalho p/conta de outrem	Trabalho p/conta própria	Outro
Trabalho p/conta de outrem	6,93	1,49	3700	17,05***	26,29***	-	-	-
Trabalho p/conta própria	6,78	1,46	1405			-0,16**	-	-
Outro	6,92	1,50	4067			-0,01	0,14**	-
NS/NR/NP	7,22	1,31	914			0,29***	0,45***	0,30***

* $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

Tabela 26 “Democracia” – Teste de Scheffé por ser ou não religioso

Grupos	Estatísticas descritivas			Teste da ANOVA		Teste de Scheffé		
	Média	Desvio-padrão	Obs.	Teste F	Bartlett	Religioso	Não é Religioso	Ateu
Religioso	6,85	1,47	6838	27,62***	1,73	-	-	-
Não é Religioso	7,11		2666			0,26***	-	-
Ateu	7,28		381			0,43***	0,18	-
NS/NR/NP	6,78		201			-0,07	-0,33**	0,50***

* $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

Tabela 27 “Democracia” – Teste de Scheffé por grau de conforto com o rendimento

Grupos	Estatísticas descritivas			Teste da ANOVA		Teste de Scheffé				
	Média	Desvio-padrão	Obs.	Teste F	Bartlett	NS/NR	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Dá para viver	Satisfeito
NS/NR	7,66	0,86	20	1,90*	71,36***	-	-	-	-	-
Muito insatisfeito	6,81	1,64	654			-0,85	-	-	-	-
Insatisfeito	6,95	1,52	1133			-0,71	0,14	-	-	-
Dá para viver	6,93	1,43	2920			-0,73	0,12	-0,02	-	-
Satisfeito	6,94	1,40	3374			-0,72	0,13	-0,01	0,01	-
Muito satisfeito	6,95	1,59	1985			-0,71	0,13	-0,002	0,02	0,01

* $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

Tabela 28 “Democracia” – Teste de Scheffé por país

Grupos	Estatísticas descritivas			Teste da ANOVA		Teste de Scheffé							
	Média	Desvio-padrão	Obs.	Teste F	Bartlett	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	México	Peru	Espanha
Argentina	7,22	1,32	903	110,54***	189,59***	-	-	-	-	-	-	-	-
Brasil	6,82	1,48	1225			-0,40***	-	-	-	-	-	-	-
Chile	7,61	1,45	811			0,39***	0,80***	-	-	-	-	-	-
Colômbia	6,51	1,50	1281			-0,71***	-0,31***	-1,11***	-	-	-	-	-
Equador	6,78	1,37	1178			-0,44***	-0,04	-0,83***	0,27***	-	-	-	-
México	6,56	1,61	1891			-0,66***	-0,26***	-1,01***	0,05	-0,22**	-	-	-
Peru	6,63	1,28	996			-0,59***	-0,19	-0,98***	0,12	-0,15	0,07	-	-
Espanha	7,67	1,16	1037			0,45***	0,86***	0,05	1,16***	0,89***	1,11***	1,04***	-
Uruguai	7,36	1,34	764			0,14	0,54***	-0,25	0,85***	0,58***	0,80***	0,73***	-0,31***

* $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$

Os resultados obtidos anuem que a “Democracia” é mais elevada nos homens do que nas mulheres. Em relação aos restantes grupos, a “Democracia” apresenta valores mais elevados entre aqueles que possuem formação superior, que vivem em conjugalidade, que trabalham por conta de outrem (existem diferenças estatisticamente significativas entre os que trabalham por contra de outrem e os que trabalham por conta própria e entre os que trabalham por conta própria e os que se encontram em outra situação de trabalho, sendo rejeitada a hipótese de igualdade de variâncias para um nível de significância de 0,01), que são ateus convictos (existem diferenças estatisticamente significativas entre os religiosos e os restantes grupos – não religiosos e ateus convictos – e não é rejeitada a hipótese de igualdade de variâncias para um nível de significância de 0,01), que têm mais de 65 anos (existem diferenças estatisticamente significativas entre todos os grupos de idades e é rejeitada a hipótese de igualdade de variâncias para um nível de significância de 0,01) e que estão muito satisfeitos com o rendimento do agregado. No que diz respeito à análise comparativa por país, constatamos que, num extremo temos a Espanha e o Chile – como os países com um maior nível de democracia – e no outro extremo temos a Colômbia e o México – como os países com um menor nível de democracia. Existem diferenças estatisticamente significativas entre os países referidos em ambos os extremos e os restantes, com algumas exceções (Perú vs Colômbia, Colômbia vs México, México vs Perú, a Espanha vs Chile e o Chile vs Uruguai), a Argentina e o Uruguai também apresentam diferenças estatisticamente significativas entre todos os países exceto entre eles e entre o Uruguai e o Chile.

5 Conclusões, limitações e tópicos de investigação futura

5.1 Conclusões

O objetivo deste trabalho foi comparar a moral tributária dos países latinos. As conclusões dos estudos feitos na década de 70 por Kolm (1973) e por Friedland, Maital & Rutenberg (1978) afirmam que os países latinos e mediterrâneos são mais propensos a entrar em incumprimento fiscal. Assim sendo, o nosso objetivo é perceber se existem diferenças significativas entre os mesmos nas três dimensões analisadas. A revisão da literatura permitiu perceber a relevância da moral tributária no cumprimento das obrigações fiscais por parte dos contribuintes. O conceito de moral tributária tem como base três principais fatores: i) sentimentos e regras morais; ii) equidade; iii) a relação entre os contribuintes e o Estado.

No âmbito da relação entre os contribuintes e o Estado surgem os modelos de cumprimento fiscal, os mesmos dividem-se em modelos económicos e modelos não económicos. Os modelos económicos são aqueles que justificam o cumprimento fiscal por parte dos contribuintes com base na teoria da utilidade esperada. Por sua vez, os modelos não económicos são aqueles que procuram justificar o comportamento do contribuinte face às suas obrigações fiscais com base numa abordagem multidisciplinar. Uma vez que o imposto é a maior fonte de receita de um país, é do interesse do Estado que os contribuintes apresentem um nível elevado de cumprimento fiscal. De acordo com os modelos não económicos, a moral tributária desempenha um papel relevante no cumprimento fiscal dos contribuintes. Conclui-se assim, a relevância da moral tributária para a gestão fiscal do Estado.

A metodologia empregada no presente estudo centrou-se em fazer uma análise comparativa do nível de moral tributária dos países latinos. Também, procurou identificar em quais fatores sociodemográficos se verificam diferenças estatisticamente significativas ao nível da moral tributária, democracia e a confiança institucional. Os dados utilizados são provenientes da base de dados da World Values Survey, que consiste num questionário com aproximadamente 900 perguntas, aplicado em cerca de 100 países, atingindo por volta de quatrocentos mil entrevistados. Neste estudo, serão testadas duas hipóteses com o método de Scheffé, esses testes estatísticos apresentam duas hipóteses em comum H0 e H1, H0 define que as diferenças entre as médias não são estatisticamente significativas, já H1 infere o

contrário. Além do teste de Scheffé foi realizada uma análise da variância segundo o método da ANOVA, nomeadamente o teste f e o de Bartlett. As hipóteses desses testes eram H0 que define que todas as variâncias são iguais e H1 que infere que nem todas as variâncias são iguais.

Para analisar a moral tributária, foram selecionados três indicadores da World Values Survey, que compõem a dimensão “Moral Tributária”, composta pela média aritmética dos indicadores. O alfa de Cronbach obtido foi de 0,583, valor que pode ser considerado abaixo do recomendado por alguns autores. Contudo, Marôco & Garcia-Marques (2006) consideram que, em certas condições e com cautela na interpretação, um alfa de 0,60 é considerado aceitável. Os países que apresentam um nível mais elevado de moral tributária, quando comparados com os demais países estudados, são a Espanha e o Uruguai, já o México e o Peru apresentam níveis mais baixos.

A análise da Confiança nas Instituições, dimensão criada a partir da média aritmética de dezoito indicadores, permitiu obter um alfa de Chronbach de 0,886, o que está acima do valor recomendado por diversos autores. Os países que apresentam um menor nível de confiança institucional são o Peru, a Argentina e a Espanha, já os que apresentam um nível maior são a Colômbia e o Uruguai.

Por fim, para analisar a dimensão da Democracia, foi utilizada média aritmética de nove indicadores da base de dados. O alfa de Cronbach foi de 0,714, que também está acima do recomendado pela literatura. Nesta dimensão, os países que se destacaram pela positiva foram a Espanha e o Chile, já aqueles que apresentaram um nível inferior de democracia foram a Colômbia e o México.

5.2 Limitações do estudo

Uma limitação do estudo foi a evidente falta de dados existentes sobre um conjunto bastante alargado de outros países latinos. Tal limitou a análise dos oito países com dados disponíveis.

Existem outros países em Waves mais antigas, no entanto, a análise desses dados não seria tão interessante devido ao fator temporal, uma vez que se trataria de dados recolhidos antes de 2010, ou seja, com 8 anos de diferença, o que poderia por em causa quais quer resultados fossem os resultados obtidos, pois podiam já não ser atuais.

5.3 Tópicos de investigação futura

Seria interessante estudar se as conclusões do Kolm (1973) e de Friedland, Maital & Rutenberg (1978) ainda são válidas, seria necessário fazer uma comparação entre os dados recolhidos da moral tributária dos países latinos deste trabalho e dados recolhidos do mesmo período de países que são vistos como tendo uma propensão maior para o cumprimento fiscal. Também poderia ser levado a cabo uma análise econométrica com o objetivo de identificar e mensurar os fatores que determinam a moral tributária nos países latinos, para que assim se saiba o que está a contribuir positivamente e negativamente no nível da moral tributária dos países.

6 Referências bibliográficas

Allibgham, M.G. & Sandmo, A. (1972). Income tax evasion: a theoretical analysis. *Journal of Public Economics, Amsterdam*, Vol. 1, 323-338.

Alm, J. (2012). Measuring, explaining, and controlling tax evasion: lessons from theory, experiments and field studies. *International Tax Public Finance*. Vol. 19, 54- 77.

Alm, J. & Torgler, B. (2006). Culture differences and tax morale in the United States and in Europe. *Journal of Economic Psychology*. Vol. 27, 224-246.

Alm, J. & Torgler, B. (2011). Do Ethics Matter? Tax Compliance and Morality. *Journal of Business Ethics*. Vol. 101, 635-651.

Alm, J., Martinez-Vazquez, J. & Torgler, B. (2006). Russian attitudes toward paying taxes – before, during, and after the transition. *International Journal of Social Economics*. Vol. 33, 832-857.

Alm, J., McClelland, G. H. & Schulze, W. (1992). Why do people pay taxes? *Journal of Public Economics*. Vol. 48, 21-48.

Alm, J. & Sanchez, I. & De Juan, A. (1995). Economic and Noneconomic Factors in Tax Compliance. *Kyklos*. Vol. 48, 3-18.

Alm, J., Jackson, B., McKee, M. (2004). Audit Information Dissemination, Taxpayer Communication, and Compliance: An Experimental Approach. 2004 IRS Research Conference.

- Balestrino, A. & Galmarini, U. (2003), Imperfect Tax Compliance and the Optimal Provision of Public Goods. *Bulletin of Economic Research*. Vol. 55, 37-52.
- Becker, G. S. (1968). Crime and punishment – An economic approach. *The Journal of Political Economy*. Vol. 76, 169–217.
- Beyerlein, K. & Hipp, J. (2005). Social Capital, Too Much of a Good Thing? American Religious Traditions and Community Crime. *Social Forces*. Vol. 84. 995-1013.
- Bosco, L. & Mittone, L. (1997). Tax Evasion and Moral Constraints: some Experimental Evidence. *Kyklos*. Vol. 50, 297-324.
- Castro, L. & Scartascini, C. (2015). Tax compliance and enforcement in the pampas evidence from a field experiment. *Journal of Economic Behavior & Organization*. Vol. 116, 65-82.
- Chau, G. & Leung, P. (2009). A critical review of Fischer tax compliance model: A research synthesis. *Journal of Accounting and Taxation*. Vol. 1, 34-40.
- Chung, P. (1976). On Complaints about High Taxes, an Analytical Note. *Public Finance*. Vol. 31, 36-47.
- Coricelli, G., Joffily, M., Montmarquette, C. & Claire, M. (2010). Cheating, emotions, and rationality: an experiment on tax evasion. *Experimental Economics*. Vol. 13, 226-247.
- Daude, C., Gutierrez, H. & Melguizo, A. (2013). What Drives Tax Morale? A Focus on Emerging Economies. *Hacienda Pública Española*. Vol. 207, 9-40.
- Devos, K. (2014). Factors influencing individual taxpayer compliance behaviour. Netherlands: Springer.
- DeVellis, R. F. (1991). *Scale development: Theory and applications*. Newbury Park, CA: SAGE Publications.
- Diogo, T. R. A. (2018). A interação entre os contribuintes singulares e a Administração fiscal e o seu impacto no cumprimento fiscal. Tese de Doutoramento. Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa.
- Feld, L. P., Frey, B. S. (2002). Trust breeds trust: How taxpayers are treated. *Economics of Governance*. Vol. 3, 87-99.

- Fisser, C. M., Wartick, M., Mark M. M. (1992). Detection Probability and Taxpayer Compliance: A Review of the Literature. *Journal of Accounting*. Vol. 1, 11-146.
- Frey, B. S. (1997). Not just for the money: An economic Theory of Personal Motivation. Cheltenham: Edward Elgar Publishing.
- Frey, B. S. (2003). Deterrence and tax morale in the European Union. *European Review*. Vol. 11, 385-406.
- Frey, Bruno S. & Torgler, B. (2007). Tax morale and conditional cooperation. *Journal of Comparative Economics*. Vol. 35, 136–159.
- Friedland, N., Maital, S., Rutenberg, A. (1978). A simulation study of income tax evasion. *Journal of Public Economics*. Vol. 10, 107-116.
- George, D. & Mallerey, P. (2003). SPSS for Windows step by step: A simple guide and reference, 11.0 atualização (4ª edição).
- Graetz, M. J. & Wilde, L. L. (1985). The economics of tax compliance: Fact and fantasy. *National Tax Journal*. Vol. 38, 355–363.
- Grundmann, S. & Lambsdorff, J. G. (2017). How income and tax rates provoke cheating – An experimental investigation of tax morale. *Journal of Economic Psychology*, Vol. 63, 27-42.
- Harris, T. D. (1989). The effect of type of tax knowledge on individuals' perceptions of fairness and compliance with the federal income tax system: An empirical study. Tese de Doutorado, University of South Carolina.
- Hill, M. M. & Hill, A. (2008). *Investigação por questionário*. 2ª ed., Edições Sílabo. Lisboa.
- Hofmann, E. *et al.* (2008). Preconditions of Voluntary Tax Compliance: Knowledge and Evaluation of Taxation, Norms, Fairness, and Motivation to Cooperate. *Zeitschrift für Psychologie*. Vol. 216, 209-217.
- Jackson, B. R. & Jones, S. M. (1985). Salience of Tax Evasion Penalties Versus Detection Risk. *The Journal of the American Taxation Association*. Vol. 6, 7-17.
- Jackson, B. R. & Milliron V.C. (1986). Tax Compliance research: Findings, problems and prospects. *Journal of Accounting Literature*. Vol. 5, 125-166.

- James, S., & Alley, C. (2002). Tax compliance, self assessment system and tax administration. *Journal of Finance, and Management in Public Services*, Vol. 2, 27-42.
- Justicia, D. R. & Theilen, B. (2018). Education and tax morale. *Journal of Economic Psychology*. Vol. 64, 18-48.
- Kolm, S. (1973). A note on optimum tax evasion. *Journal of Public Economics*. Vol. 2, 265-270.
- Konrad, K. A. & S. Qari (2009). The last refuge of a scoundrel? Patriotism and tax compliance. IZA Discussion Paper 4121.
- Lago-peñas, I. & Lago-peñas, S. (2010). The determinants of tax morale in comparative perspective: Evidence from European countries. *European Journal of Political Economy*. Vol. 26, 441-453.
- Laffont, J. J. (1975). Macroeconomic Constraints, Economic Efficiency and Ethics: an Introduction to Kantian Economics. *Economica*. Vol. 42, 430-437.
- Lubian, D. & Zarri, L. (2011). Happiness and tax morale: An empirical analysis. *Journal of Economic Behavior and Organization*. Vol. 80, 223-243.
- Marôco, J. & Garcia-Marques, T. (2006). Qual a fiabilidade do alfa de Cronbach? Questões antigas e soluções modernas? *Laboratório de Psicologia*. Vol. 4, 1-28.
- Martinez-Vazquez, J. & Torgler, B. (2009). The Evolution of Tax Morale in Modern Spain. *Journal of Economic Issues*. Vol. 43, 1-28.
- McGee, R. W. & Preobragenskaya, G. G. (2006). Accounting and Financial System Reform in Eastern Europe and Asia. New York: Springer US.
- Molero, J. C. & Pujol, F. (2012). Walking Inside the Potential Tax Evader's Mind: Tax Morale Does Matter. *Journal of Business Ethics*. Vol. 105, 151-162.
- Murphy, K. & Harris, N. (2007). Shaming, shame and recidivism: A Test of Reintegrative Shaming Theory in the White-Collar Crime Context. *British Journal of Criminology*. Vol. 47, 900-918.
- Nerré, B. (2008). Tax Culture: A Basic Concept for Tax Politics. *Economic Analysis & Policy*. Vol. 38, 153-168.

- Pickhardt, M. & Prinz, A. (2014). Behavioral dynamics of tax evasion – A survey. *Journal of Economic Psychology*. Vol. 40, 1-19.
- Pommerehne, W. W. & Frey, B. S. (1992). “The effects of tax administration on tax morale”. Discussion Paper Series II, No. 191, Konstanz: University of Konstanz.
- Prieto Rodriguez, J. J., Pérez, Maria J. S. & Pandiello, J. S. (2006). Análisis Económico de la Actitud Hacia el Fraude Fiscal en España, Hacienda Pública Española. *Revista de Economia Publica*. Vol. 177, 107-128.
- Richardson, S. (2006). Over-investment of free cash flow. *Review of Accounting Studies*. Vol. 11, 159–189.
- Roth, J. A., Scholz, J. T. & Witte, A. D. (1989). Taxpayer compliance: Volume 1: An agenda for research. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Sá, C. (2013). Fatores determinantes da moral tributária em Portugal: Aplicação de um modelo de equações estruturais. Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra.
- Sá, C., Gomes, C. & Martins, A. (2016). Fatores determinantes da moral tributária em Portugal: Aplicação de um modelo de equações estruturais. *Revisores e Auditores*, Vol. 75, 50-66.
- Schmolders, G. (1959). Fiscal psychology: A new branch of public finance. *National Tax Journal*. Vol. 15, 184–193.
- Schneider, F. & Enste, D. H. (2013) The Shadow Economy - An International Survey. Cambridge Univ. Press.
- Silva, R. B. C. (2015). *Análise de dados com IBM SPSS – Mix essencial para relatórios e teses académicas – Módulo I e II*. Centro de Estudos de Gestão do Instituto Superior de Economia e Gestão.
- Strümpel, B. (1969). The contribution of survey research to public finance, in Peacock, A.T. (Ed.) Quantitative analysis in public finance. New York: Praeger.
- Torgler, B. (2003). To evade taxes or not to evade: that is the question. *Journal of Socio-Economics*. Vol. 32, 283-302.

Torgler, B. (2003). Tax Morale: Theory and Empirical Analysis of Tax Compliance. Tese de Doutorado da Universidade de Basel zur Erlangung der Würde eines Doktors der Staatswissenschaften.

Torgler, B. (2004). Tax morale in Asian Countries. *Journal of Asian Economics*. Vol. 15, 237-266.

Torgler, B. (2005). Tax morale and direct democracy. *European Journal of Political Economy*. Vol. 21, 525-531.

Torgler, B. (2011). Tax Morale and Compliance. Review of Evidence and Case Studies for Europe. Policy Research Working Paper 5922, The World Bank, Washington DC.

Torgler, B. & Schneider, F. (2007). What shapes attitudes toward paying taxes? Evidence from multicultural European countries. *Social Science Quarterly*. Vol 88, 443-470.

Torgler, B. & Murphy, K. (2004). Tax morale in Australia: What shapes it and has it changed over time? *Journal of Australian Taxation*. Vol. 7, 298-335.

Wenzel, M. (2005). Motivation or rationalisation? Causal relations between ethics, norms and tax compliance. *Journal of Economic Psychology*. Vol. 26, 491-508.

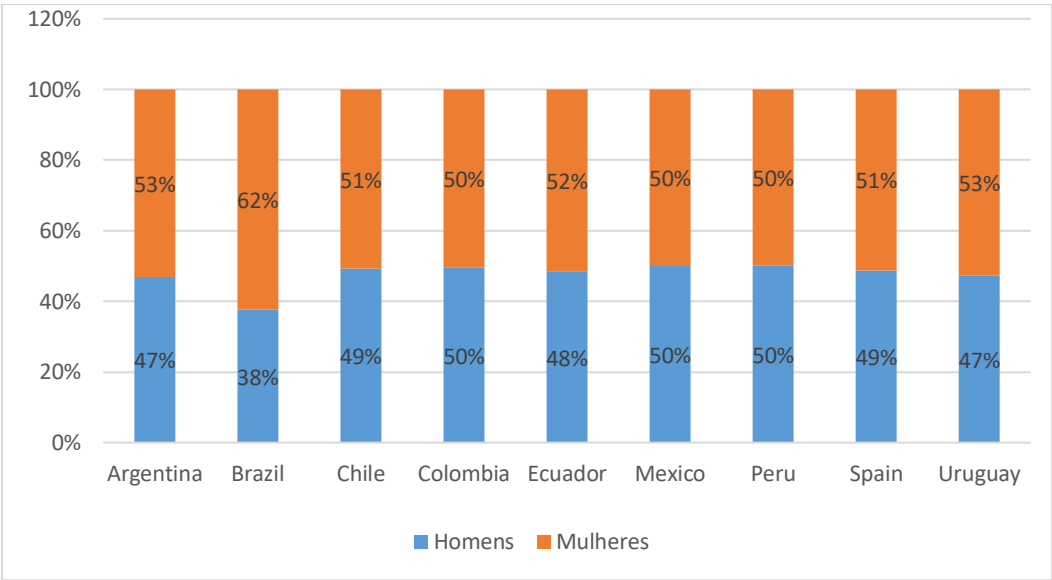
Williams, C. C. & Schneider, F. (2016). Measuring the Global Shadow Economy: the prevalence of informal work and labour. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited.

Yitzhaki, Shlomo (1974). A note on Income tax evasion: A theoretical analysis. *Journal of Public Economics*. Vol. 3, 201-202.

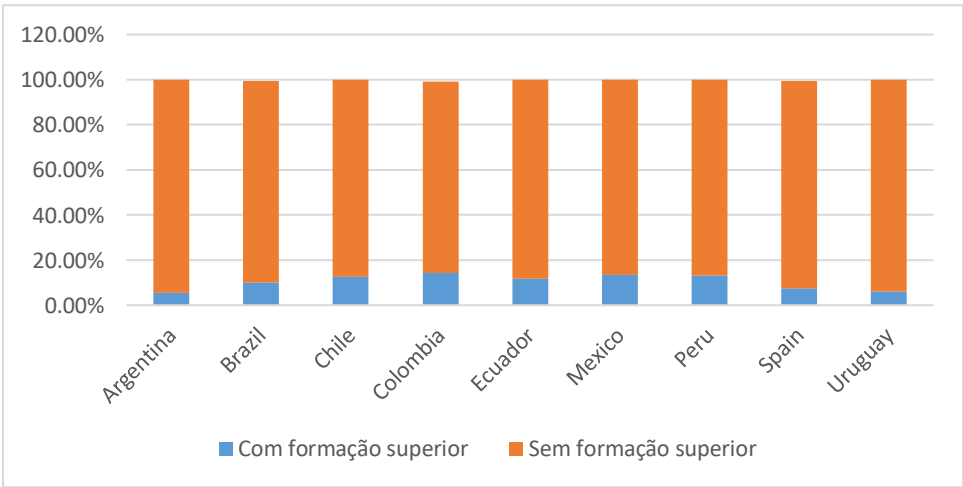
Anexos

Gráficos sobre a Amostra

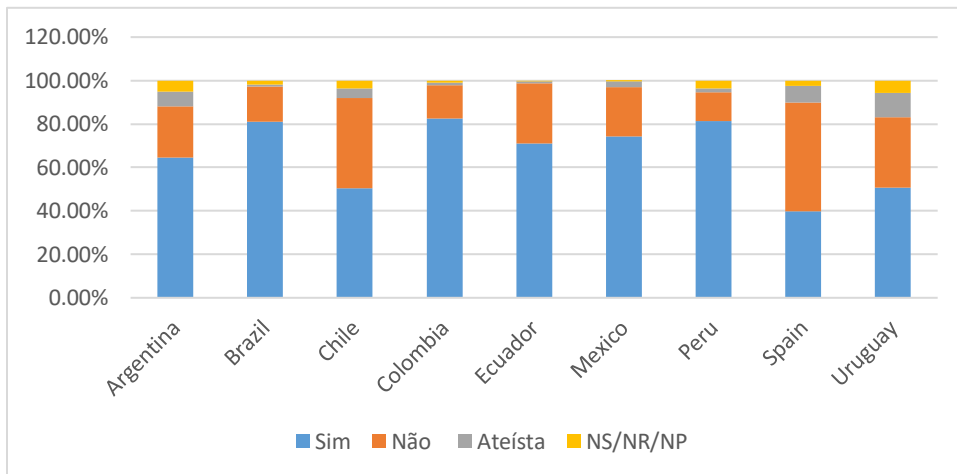
Homens vs Mulheres



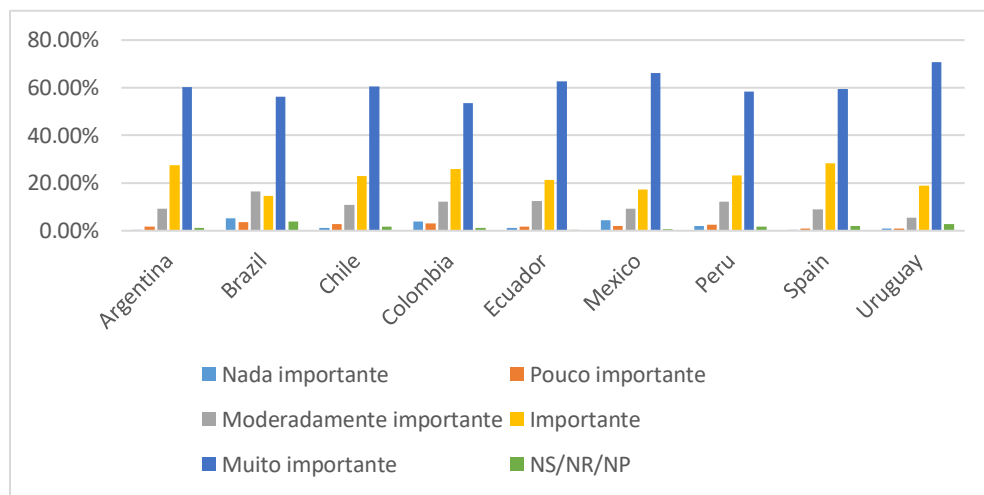
Formação Superiro vs Sem Formação Superior



Religião



Importância da Democracia



Satisfação com a vida

